



2009

Balanço Geral do Estado

Parque Senador Jefferson Péres

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
SECRETARIA EXECUTIVA DO TESOURO  
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE PÚBLICA

Preparando o Amazonas para o futuro





GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

**Carlos Eduardo de Souza Braga**

Governador

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

**Isper Abraham Lima**

Secretário

SECRETARIA EXECUTIVA DO TESOURO - SEFAZ

**Edson Theophilo Ramos Pará**

Secretário

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE PÚBLICA

**Maria da Conceição Guerreiro da Silva**

Diretora

---



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS  
**Carlos Eduardo de Souza Braga**  
Governador

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
**Isper Abraham Lima**  
Secretário

SECRETARIA EXECUTIVA DO TESOURO - SEFAZ  
**Edson Theophilo Ramos Pará**  
Secretário

ASSESSORA  
**Valdênia Santos Martins de Pinho**

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE PÚBLICA  
**Maria da Conceição Guerreiro da Silva**  
Diretora

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE  
**Jefferson de Oliveira Carlos**  
Gerente

GERÊNCIA DE INSPETORIA SETORIAL  
**Nícias Goreth Bastos Varjão**  
Gerente

GERÊNCIA DE ANÁLISE ECON. FISCAL  
**Jane Maria Mendonça Santana**  
Gerente

GERÊNCIA DE NORMAS E AVALIAÇÃO  
DA EXECUÇÃO DA DESPESA  
**Aderson Silva e Costa**  
Gerente

GERÊNCIA DE ANÁLISE DE BALANÇO  
**Vera Alice da Silva Peres**  
Gerente

---



### **Equipe Técnica**

Aline Santos e Mouta	Luiz Paulo Wulf
Carlos Eduardo Ehl Dourado	Marcos André Pontes Cavalcanti
Clei Pereira Pantoja	Marcia Jeane M. de Oliveira
Clóvis Eduardo Pereira dos Santos	Rozendo Galdino da Silva Filho
Denis Moura de Oliveira Rocha	Solange Ribeiro de Andrade
John Carlos Martins Maciel	Sonia Maria e Silva Nogueira
Leonardo dos Santos do Rego Barros	Tânia Georgina Oliveira d'Oran
Lindalva Amorim Mourão	Wilma Ferreira Barros
Luiz Otávio da Silva	

### **Inspetores Setoriais**

Adelaide Almeida Borges	Maria das Graças de Almeida Maquiné
Ana Paula Barbosa Cereja	Maria do Socorro do N. Ferreira
Célia Franco Cordeiro Magalhães	Maria de Nazaré Mota Campos
Dione Rodrigues da Rocha	Maria Vilani Dias de Almeida
Elizabeth de Lima Melo	Regina Jurema Bezerra
Francisco Raimundo R. Pacheco	Renan Azevedo de Queiroz
Gracy Lene Pereira Alves	Raimundo Ricardo Nogueira Lopes
Gilce Albano Jatahy	Sidney Reis Coelho
Lourdes Marina Gonçalves Cardoso	Suanisley Holanda de Oliveira

### **Colaborador**

Antonio Benedito Cláudio Pereira

---



## SUMÁRIO

### RELATÓRIO

<b>Introdução</b>	<b>07</b>
<b>1 Gestão Orçamentária</b>	<b>07</b>
1.1 Receita Orçamentária	08
1.2 Despesa Orçamentária	09
1.3 Alterações Orçamentárias	10
<b>2 Gestão da Execução da Receita</b>	<b>11</b>
2.1 Receita Orçamentária	11
2.2 Receita Tributária	14
2.3 Transferências Correntes	17
2.4 Receitas de Capital	21
2.4.1 Operações de Créditos	22
2.4.2 Transferências de Capital	22
2.5 Renúncia Fiscal	24
<b>3 Gestão da Execução da Despesa</b>	<b>25</b>
3.1 Despesa Orçamentária	25
3.2 Execução da Despesa	27
3.3 Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios	31
3.4 Repasse aos Poderes	32
<b>4 Análise dos Balanços</b>	<b>33</b>
4.1 Balanço Orçamentário	33
4.2 Balanço Financeiro	35
4.3 Balanço Patrimonial	36
4.3.1 Resultado / Saldo Patrimonial	37
4.4 Variações Patrimoniais	38

---



---

<b>5 Balanços das Empresas Públicas</b>	<b>38</b>
<b>6 Gestão da Dívida</b>	<b>39</b>
6.1 Dívida Ativa	39
6.2 Dívida Pública	39
<b>7 Gestão Fiscal</b>	<b>41</b>
7.1 Gastos com Pessoal	41
7.2 Aplicação na Educação	43
7.3 Aplicação na Saúde	46
<b>8 Considerações Finais</b>	<b>47</b>
<b>QUADROS</b>	<b>48</b>
01 Demonstrativo da Receita Arrecadada Consolidada do Estado	
02 Demonstrativo da Despesa Empenhada por Fonte de Recursos	
03 Demonstrativo da Despesa Empenhada por Órgão	
04 Demonstrativo da Despesa Orçamentária Empenhada	
05 Demonstrativo da Despesa Orçamentária Liquidada	
06 Demonstrativo da Despesa Orçamentária Paga	
07 Síntese do Balanço Patrimonial das Empresas Públicas	
<b>ANEXOS</b>	<b>65</b>
01 Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas	
10 Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada	
12 Balanço Orçamentário	
13 Balanço Financeiro	
14 Balanço Patrimonial	
15 Demonstrativo das Variações Patrimoniais	
16 Demonstrativo da dívida Fundada Interna	
16 Demonstrativo da dívida Fundada Externa	
17 Demonstrativo da dívida Flutuante	

---





## RELATÓRIO

**Assunto:** BALANÇO GERAL DO ESTADO - Exercício 2009

O presente relatório demonstra os resultados alcançados pelo Estado do Amazonas, no exercício de 2009, consolidando as administrações direta e indireta através do BALANÇO GERAL DO ESTADO - BGE, o qual se constitui na prestação de contas do Excelentíssimo Governador do Estado do Amazonas, Eduardo Braga, à Assembléia Legislativa.

Elaborado em cumprimento aos preceitos constitucionais e legais, visando dar transparência às contas públicas, o BGE atende às normas e técnicas de contabilidade, devendo ser encaminhado à Assembléia Legislativa no prazo regulamentar, em cumprimento à Constituição Estadual Art. 54 inciso XVI e é constituído dos Balanços: Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e das Demonstrações das Variações Patrimoniais, bem como dos demais Anexos da Lei Federal nº 4.320/64.

### 1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução orçamentária do Estado foi amparada na Lei nº 3.274, de 14 de julho de 2008, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias – LDO<sup>1</sup>, para o exercício de 2009, e na Lei nº 3.334, de 26 de dezembro de 2008 e Anexos, Lei Orçamentária Anual – LOA<sup>2</sup>, que estimou as receitas e fixou as despesas do Estado em R\$ 8,0 bilhões, cabendo à Administração Direta o valor de R\$ 5,9 bilhões e à Administração Indireta (Autarquias, Fundações e Fundos) R\$ 2,1 bilhões, ficando do total da administração direta o valor de R\$ 334,2 milhões como reserva de contingência.

<sup>1</sup> Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) – É uma lei de iniciativa do Poder Executivo que estabelece as metas e prioridades da administração pública, as projeções de receitas e despesas, os critérios para a distribuição setorial e regional dos recursos para os Órgãos dos Poderes do Estado e Municípios; as diretrizes relativas à política de pessoal; as orientações para a elaboração de LOA; os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado e Municípios; as disposições sobre as alterações na legislação tributária; as políticas de aplicação das agências financeiras de desenvolvimento oficiais, apresentando o plano de prioridades das aplicações financeiras, destacando os projetos de maior relevância social (Constituição Estadual, art. 157, §2º).

<sup>2</sup> Lei Orçamentária Anual (LOA) – Lei que estima a receita e fixa a despesa para um determinado exercício.



## 1.1 Receita Orçamentária

A Receita Orçamentária estimada para o exercício de 2009 foi de R\$ 8,0 bilhões, destacando-se as fontes receita tributária, com percentual de 54,96% e transferências correntes, com 26,91%, sem considerar as deduções para o FUNDEB<sup>3</sup>. Demonstramos na tabela 01 e gráfico 01 a classificação de cada receita.

Tabela 01  
Demonstrativo da Receita Orçamentária Estimada

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA ESTIMADA	PERC. %
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>8.448.436.000,00</b>	<b>93,82</b>
Receita Tributária	4.948.275.000,00	54,96
Receita de Contribuições	574.000.000,00	6,37
Receita Patrimonial	50.110.000,00	0,56
Receita Industrial	10.000.000,00	0,11
Receita de Serviços	362.932.000,00	4,03
Transferências Correntes	2.423.089.000,00	26,91
Outras Receitas Correntes	80.030.000,00	0,89
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>556.693.000,00</b>	<b>6,18</b>
Operações de Crédito	473.000.000,00	5,25
Amortização de Empréstimos	400.000,00	0,00
Transferências de Capital	58.293.000,00	0,65
Outras Receitas de Capital	25.000.000,00	0,28
<b>SUBTOTAL</b>	<b>9.005.129.000,00</b>	<b>100,00</b>
<b>DEDUÇÕES DAS RECEITAS</b>	<b>(988.410.000,00)</b>	<b>(10,98)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>8.016.719.000,00</b>	<b>89,02</b>

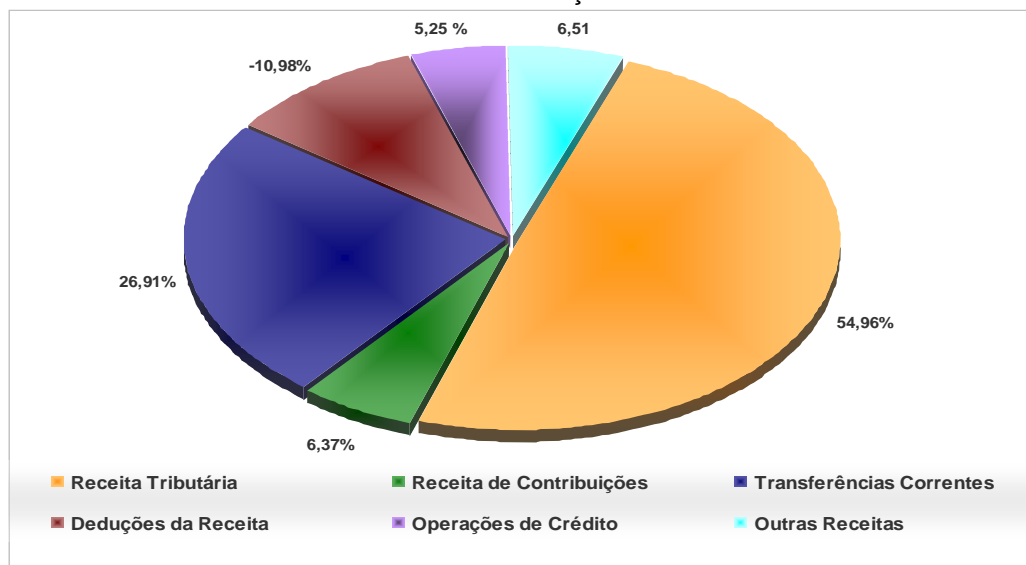
Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

<sup>3</sup> FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, (Art 1º, Lei 11.494/2007).





Gráfico 01  
Demonstrativo da Receita Orçamentária Estimada



## 1.2 Despesa Orçamentária

Foram fixadas em conformidade com o Art. 3º da Lei nº 3.334, de 26 de dezembro de 2008 – LOA. Demonstramos na tabela 02 e gráfico 02 as despesas para o exercício de 2009 no valor de R\$ 8,0 bilhões, distribuídas por categorias econômicas, consolidadas dos órgãos dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público.

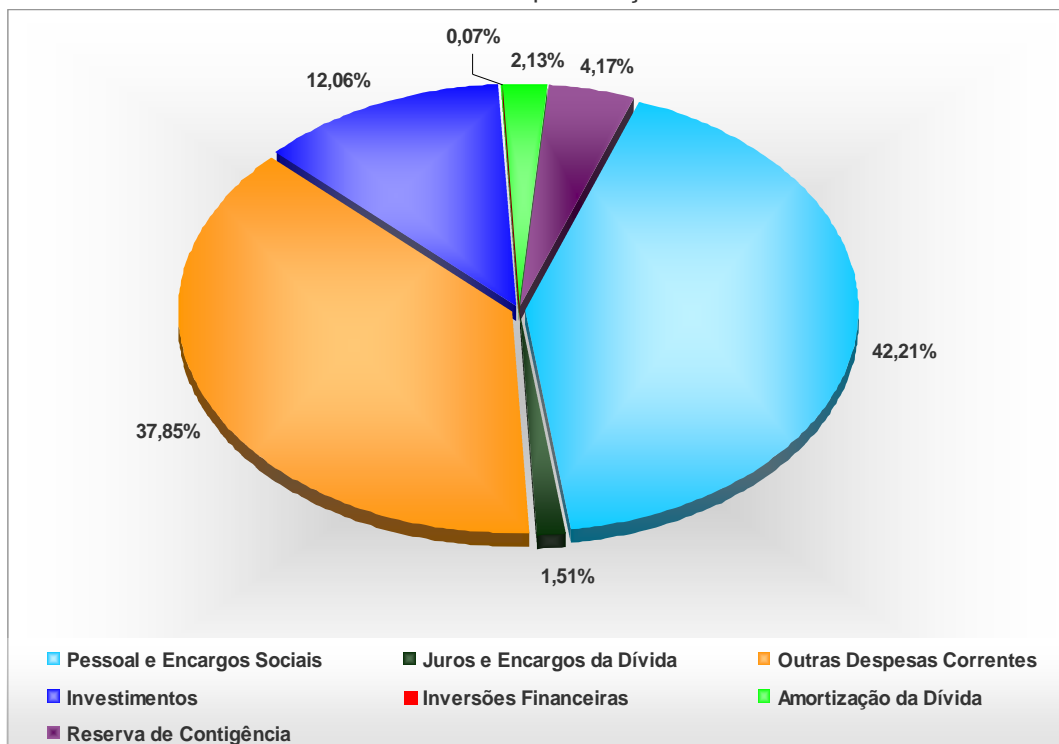
Tabela 02  
Demonstrativo da Despesa Orçamentária Fixada

CATEGORIA ECONÔMICA	DESPESA FIXADA	PERC. %
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>6.539.531.000,00</b>	<b>81,57</b>
Pessoal e Encargos Sociais	3.383.602.000,00	42,21
Juros e Encargos da Dívida	121.300.000,00	1,51
Outras Despesas Correntes	3.034.629.000,00	37,85
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.142.906.000,00</b>	<b>14,26</b>
Investimentos	967.009.000,00	12,06
Inversões Financeiras	5.397.000,00	0,07
Amortização da Dívida	170.500.000,00	2,13
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>334.282.000,00</b>	<b>4,17</b>
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>8.016.719.000,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



Gráfico 02  
Demonstrativo da Despesa Orçamentária Fixada



### 1.3 Alterações Orçamentárias

Com base no Art. 4º da Lei Orçamentária Anual - LOA, o governo realizou alterações no orçamento inicial, o qual foi acrescido de 17,82%, portanto, abaixo do percentual de 40% estabelecido na legislação, conforme demonstramos na tabela 03 a seguir.

Tabela 03  
Demonstrativo de Créditos Iniciais e Adicionais

	R\$
<b>1. ORÇAMENTO INICIAL</b>	<b>8.016.719.000,00</b>
<b>2. Créditos Adicionais</b>	<b>5.304.640.108,30</b>
2.1 Suplementares	5.269.389.078,65
2.2 Especiais	35.251.029,65
<b>3. Créditos Anulados</b>	<b>3.875.677.064,76</b>
3.1 Orçamentários e Suplementares	3.875.677.064,76
<b>4. ORÇAMENTO AUTORIZADO (1+2-3)</b>	<b>9.445.682.043,54</b>
<b>ACRÉSCIMO EM RELAÇÃO AO INICIAL (%)</b>	<b>17,82</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



## 2 GESTÃO DA EXECUÇÃO DA RECEITA

### 2.1 Receita Orçamentária

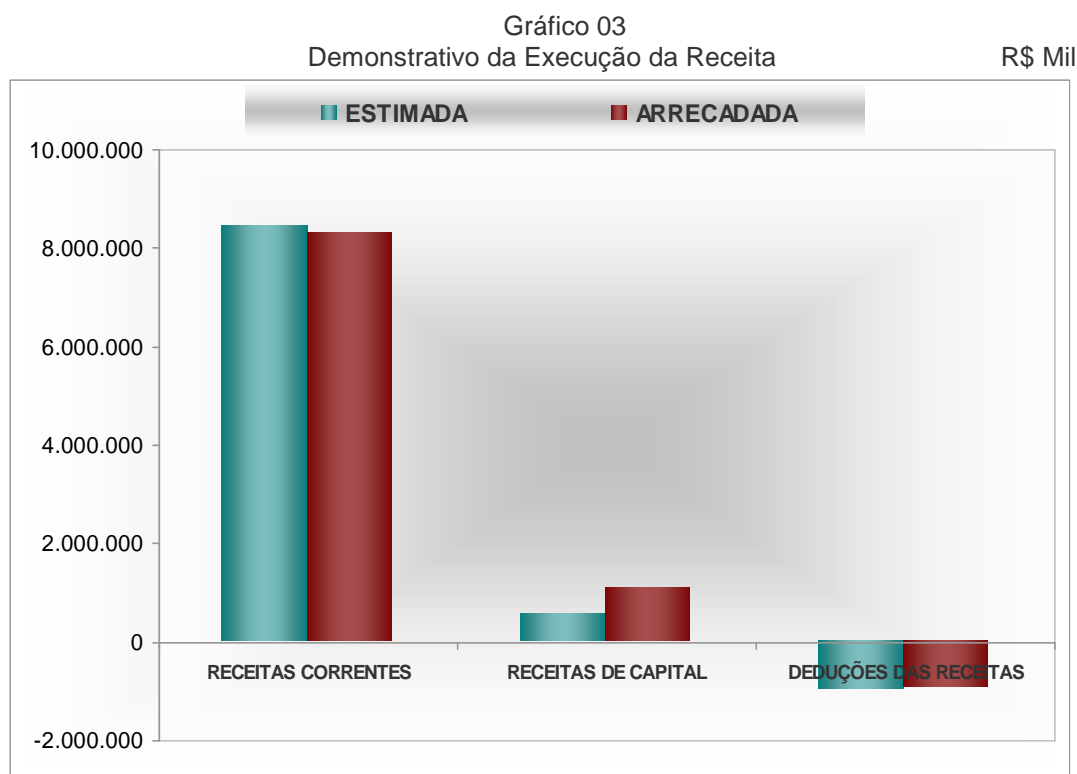
A Receita Orçamentária compreende o valor da receita estimada para o exercício, conforme determinado na LOA. Na tabela 04 demonstramos, por categoria econômica, a execução da receita orçamentária do exercício de 2009, com arrecadação total de R\$ 8,5 bilhões, apresentando um excesso nominal, comparado a estimada inicialmente, de 5,58% ou R\$ 447,4 milhões, considerando as deduções da receita para o FUNDEB de 5,41%, ou R\$ 53,4 milhões.

Tabela 04  
Demonstrativo da Execução da Receita

CATEGORIA ECONÔMICA	RECEITA			%	
	ESTIMADA	ARRECADADA	VARIAÇÃO	REAL.	PART.
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>8.448.436.000,00</b>	<b>8.302.362.353,56</b>	<b>(146.073.646,44)</b>	<b>98,27</b>	<b>88,33</b>
Tributária	4.948.275.000,00	4.642.084.686,99	(306.190.313,01)	93,81	55,91
De Contribuições	574.000.000,00	518.148.717,54	(55.851.282,46)	90,27	6,24
Patrimonial	50.110.000,00	103.847.924,18	53.737.924,18	207,24	1,25
Industrial	10.000.000,00	12.099.230,63	2.099.230,63	120,99	0,15
De Serviços	362.932.000,00	459.564.199,75	96.632.199,75	126,63	5,54
Transferências Correntes	2.423.089.000,00	2.401.559.338,98	(21.529.661,02)	99,11	28,93
Outras Receitas Correntes	80.030.000,00	165.058.255,49	85.028.255,49	206,25	1,99
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>556.693.000,00</b>	<b>1.096.761.472,03</b>	<b>540.068.472,03</b>	<b>197,01</b>	<b>11,67</b>
Operações de Crédito	473.000.000,00	855.435.827,57	382.435.827,57	180,85	78,00
Alienação de Bens	0,00	25.343.255,80	25.343.255,80	0,00	2,31
Amortização de Empréstimos	400.000,00	402.296,86	2.296,86	100,57	0,04
Transferências de Capital	58.293.000,00	195.785.813,03	137.492.813,03	335,87	17,85
Outras Receitas de Capital	25.000.000,00	19.794.278,77	(5.205.721,23)	79,18	1,80
<b>SUBTOTAL</b>	<b>9.005.129.000,00</b>	<b>9.399.123.825,59</b>	<b>393.994.825,59</b>	<b>104,38</b>	<b>100,00</b>
<b>DEDUÇÕES DAS RECEITAS</b>	<b>(988.410.000,00)</b>	<b>(934.963.509,83)</b>	<b>53.446.490,17</b>	<b>94,59</b>	<b>(9,95)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>8.016.719.000,00</b>	<b>8.464.160.315,76</b>	<b>447.441.315,76</b>	<b>105,58</b>	<b>90,05</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Observa-se na tabela 04 um excesso de arrecadação nas receitas de capital de 97,01%, basicamente em função dos recursos conseguidos através de operações de crédito e de convênios firmados com a União e suas entidades, o que neutralizaram as frustrações das demais receitas do exercício face a crise financeira mundial ocorrida em 2009, que impactou nas estimativas de receitas feitas , em 2008, na LOA.



No Quadro 01, em anexo, demonstramos a arrecadação mensal das receitas orçamentárias de 2009, por natureza da receita.

Na tabela 05 e gráfico 04, apresentamos a evolução das receitas orçamentárias realizadas, no período de 2005 a 2009, em valores correntes, em que o total arrecadado de 2009 apresentou uma variação nominal positiva de 61,48% ante 2005, e de 5,98% em relação a 2008. Apresentando, portanto, uma variação média nominal de 2009 em relação aos últimos quatro anos de 35,61%, o que coloca o Estado do Amazonas entre os Estados de maior crescimento econômico do Brasil no período.



Tabela 05  
Evolução da Receita – 2005 a 2009

R\$ Mil

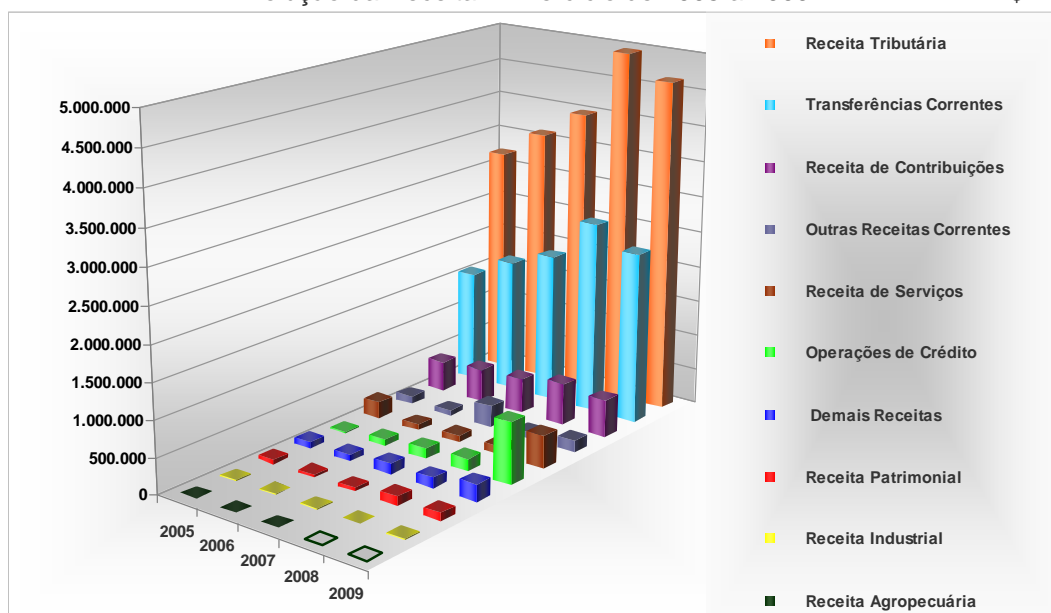
ESPECIFICAÇÃO DAS RECEITAS	EXERCÍCIO					VAR. %	
	2005	2006	2007	2008	2009	2009/ 2005	2009/ 2008
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>5.606.298</b>	<b>6.137.517</b>	<b>7.036.716</b>	<b>8.567.719</b>	<b>8.302.362</b>	48,09	(3,10)
Receita Tributária	3.205.311	3.596.389	3.991.536	4.952.961	4.642.085	44,82	(6,28)
Receita de Contribuições	421.556	468.020	492.207	584.323	518.149	22,91	(11,32)
Receita Patrimonial	67.414	39.989	50.429	124.407	103.848	54,05	(16,53)
Receita Agropecuária	16	11	1	0	0	-	-
Receita Industrial	8.666	9.467	10.340	12.021	12.099	39,62	0,65
Receita de Serviços	233.101	78.116	91.178	114.083	459.564	97,15	302,83
Transferências Correntes	1.562.536	1.872.245	2.094.767	2.692.532	2.401.559	53,70	(10,81)
Outras Receitas Correntes	107.698	73.280	306.259	87.393	165.058	53,26	88,87
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>107.871</b>	<b>169.387</b>	<b>209.199</b>	<b>315.102</b>	<b>1.096.761</b>	<b>916,73</b>	<b>248,07</b>
Operações de Crédito	11.950	86.097	131.178	170.631	855.436	7.058,46	401,34
Alienação de Bens	1.032	183	1.198	1.773	25.343	2.355,74	1.329,40
Amortização de Empréstimos	405	925	490	394	402	(0,67)	2,11
Transferência de Capital	69.368	60.723	56.820	116.905	195.786	182,24	67,47
Outras Receitas de Capital	25.116	21.459	19.514	25.400	19.794	(21,19)	(22,07)
<b>DEDUÇÕES DAS RECEITAS</b>	<b>(472.535)</b>	<b>(526.778)</b>	<b>(661.918)</b>	<b>(896.130)</b>	<b>(934.964)</b>	<b>97,86</b>	<b>4,33</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5.241.634</b>	<b>5.780.126</b>	<b>6.583.997</b>	<b>7.986.691</b>	<b>8.464.160</b>	<b>61,48</b>	<b>5,98</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Nota: (1) Valores Brutos, não deduzidas as participações constitucionais e legais dos Municípios

Gráfico 04  
Evolução da Receita - Exercício de 2005 a 2009

R\$ Mil





## 2.2 Receita Tributária

No Amazonas, as receitas tributárias são provenientes de impostos e taxas arrecadadas. Na tabela 06 e gráfico 05 demonstramos as receitas tributárias que totalizaram R\$ 4,6 bilhões no exercício de 2009, apresentando um déficit nominal de R\$ 310,9 milhões em relação a 2008 ou 6,28%, face à crise financeira mundial que refletiu na economia nacional. Fica evidenciado que a fonte de maior participação no Estado é o ICMS com participação de 92,42% do total.

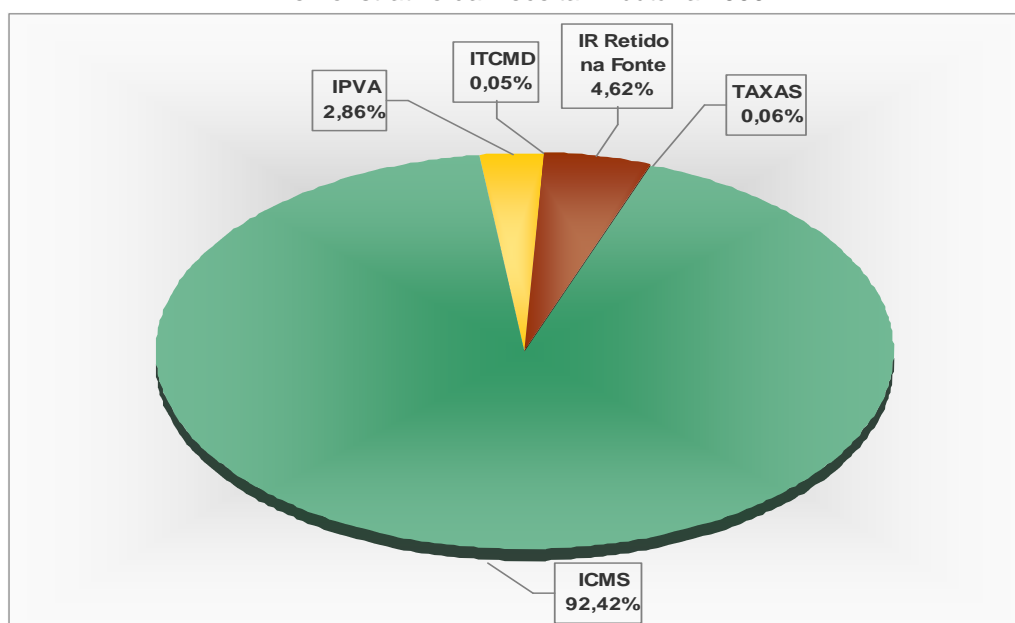
Tabela 06  
Comparativo da Receita Tributária

FONTE	ARRECADADO		%	
	2008	2009	PART.	VAR.
<b>IMPOSTOS</b>	<b>4.950.427.956,50</b>	<b>4.639.507.110,22</b>	<b>99,94</b>	<b>(6,28)</b>
IR Retido na Fonte	212.245.045,43	214.528.124,57	4,62	1,08
ICMS	4.607.482.899,42	4.290.008.251,40	92,42	(6,89)
IPVA	126.635.505,10	132.849.446,86	2,86	4,91
ITCMD	4.064.506,55	2.121.287,39	0,05	(47,81)
<b>TAXAS</b>	<b>2.532.549,48</b>	<b>2.577.576,77</b>	<b>0,06</b>	<b>1,78</b>
<b>RECEITAS TRIBUTÁRIAS</b>	<b>4.952.960.505,98</b>	<b>4.642.084.686,99</b>	<b>100,00</b>	<b>(6,28)</b>

Fonte: AFI – Sistema de Administração Financeira

Nota: Valores brutos, não deduzidas as participações dos Municípios.

Gráfico 05  
Demonstrativo da Receita Tributária 2009





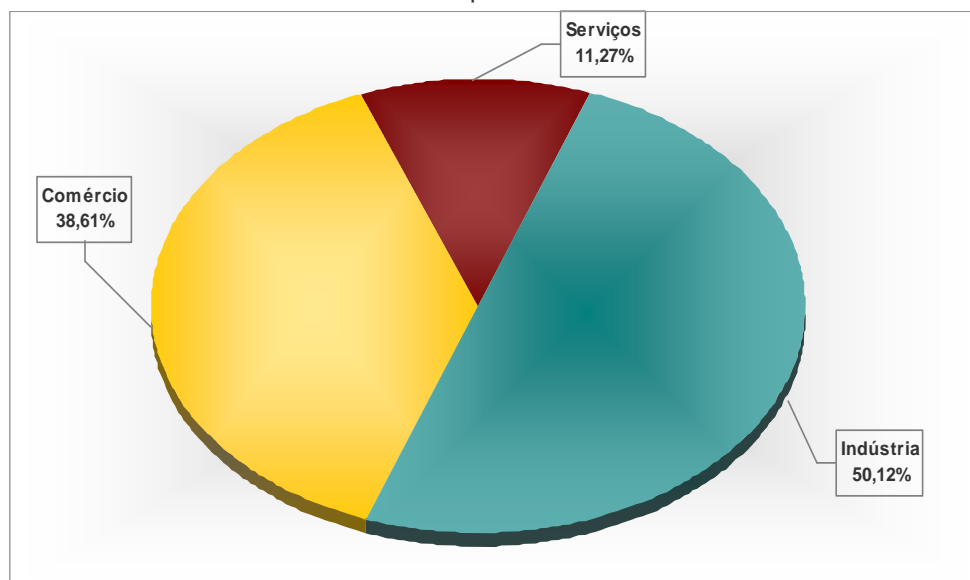
Apresentamos, na tabela 07 e gráfico 06, a arrecadação do ICMS por setor econômico, ficando o Setor da Indústria com R\$ 2,1 bilhões, com déficit nominal de 15,80% comparado ao de 2008. Já no setor do comércio, a arrecadação atingiu R\$ 1,7 bilhão, o que evidencia um acréscimo nominal de 5,61% ante 2008. Em seguida temos o setor de serviços, que atingiu R\$ 483,6 milhões e apresentou um déficit nominal de 0,42%, em relação ao exercício de 2008. O déficit nominal total na arrecadação do ICMS de 6,89% foi em função da crise financeira mundial que teve seus reflexos na economia nacional.

Tabela 07  
 Demonstrativo de Arrecadação do ICMS por Setor Econômico R\$ 1,00

SETOR ECONÔMICO	ARRECADADO		PART. %	VAR. %
	2008	2009		
Indústria	2.553.555.706	2.150.117.901	50,12	(15,80)
Comércio	1.568.275.757	1.656.271.863	38,61	5,61
Serviços	485.651.428	483.618.487	11,27	(0,42)
<b>RECEITA DE ICMS</b>	<b>4.607.482.899</b>	<b>4.290.008.251</b>	<b>100,00</b>	<b>(6,89)</b>

Fonte: Secretaria Executiva da Receita

Gráfico 06  
 Receita de ICMS por Setor Econômico – 2009





Demonstramos na tabela 08 e gráfico 07 a evolução das receitas tributárias, em valores correntes, no período de 2005 a 2009, que apresentou uma variação nominal de 44,82% ante 2005 e de 6,28 % negativa, em relação a 2008.

Na arrecadação do IPVA de 2009, o acréscimo nominal comparado a 2008 foi de R\$ 6,2 milhões, o que evidencia uma variação nominal de 4,91%, e em relação a 2005, o crescimento nominal foi de R\$ 60,1 milhões, representando uma variação de 82,50%. Estes acréscimos devem-se principalmente as medidas adotadas pelo Estado em função da crise financeira mundial que refletiram positivamente na comercialização de veículos novos.

Tabela 08  
Evolução da Receita Tributária

R\$ Mil

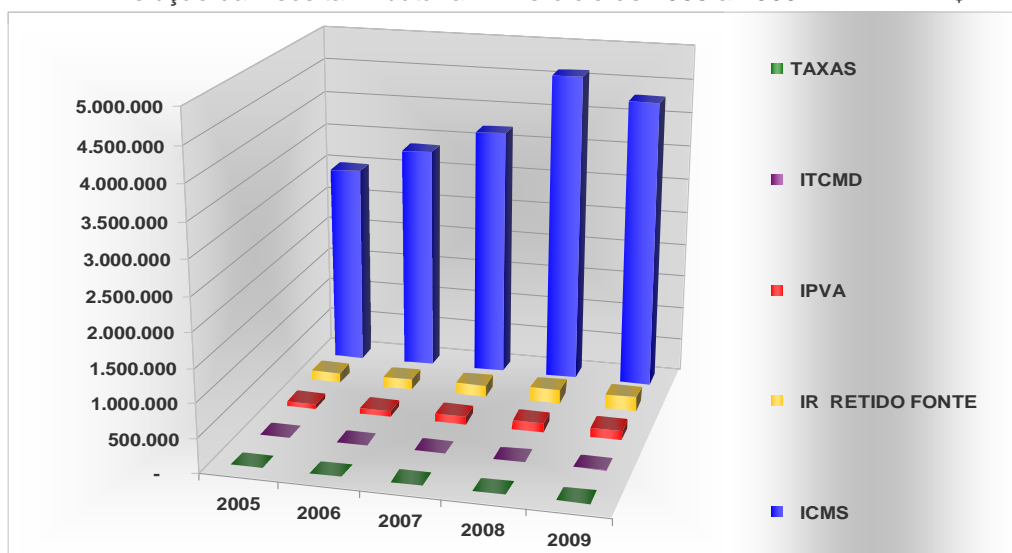
ESPECIFICAÇÃO DAS RECEITAS	EXERCÍCIO					PART. %	VAR.%	
	2005	2006	2007	2008	2009		2009/2005	2009/2008
<b>IMPOSTOS</b>	<b>3.203.120</b>	<b>3.593.926</b>	<b>3.988.733</b>	<b>4.950.428</b>	<b>4.639.507</b>	<b>99,94</b>	<b>44,84</b>	<b>(6,28)</b>
IR Retido na Fonte	143.796	157.542	172.967	212.245	214.528	4,62	49,19	1,08
ITCMD	681	727	1.772	4.065	2.121	0,05	211,68	(47,81)
IPVA	72.794	86.980	109.344	126.636	132.849	2,86	82,50	4,91
ICMS	2.985.849	3.348.677	3.704.650	4.607.483	4.290.008	92,42	43,68	(6,89)
<b>TAXAS</b>	<b>2.192</b>	<b>2.463</b>	<b>2.803</b>	<b>2.533</b>	<b>2.578</b>	<b>0,06</b>	<b>17,61</b>	<b>1,78</b>
<b>RECEITAS TRIBUTÁRIAS</b>	<b>3.205.311</b>	<b>3.596.389</b>	<b>3.991.536</b>	<b>4.952.961</b>	<b>4.642.085</b>	<b>100,00</b>	<b>44,82</b>	<b>(6,28)</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Nota: (1) Valores Brutos, não deduzidas as participações constitucionais e legais dos Municípios e FUNDEB

Gráfico 07  
Evolução da Receita Tributária - Exercício de 2005 a 2009

R\$ Mil



No gráfico 08, apresentamos a evolução das duas principais receitas tributárias de competência do Estado (ICMS e IPVA), arrecadadas no período de 2005 a 2009, em valores correntes.

Gráfico 08  
Evolução da Receita de ICMS e IPVA - Exercício de 2005 a 2009 R\$ Mil



### 2.3 Transferências Correntes

O total arrecadado com transferências correntes, no exercício de 2009 foi de R\$ 2,4 bilhões, que comparando com 2008 houve uma redução de R\$ 290,9 milhões, ou 10,81%, demonstrado na tabela 09.

A Cota-parte do Fundo de Participação dos Estados - FPE foi a fonte com maior destaque dentre as transferências, com participação de 52,58% do total, apresentando um déficit nominal de R\$ 47,4 milhões, equivalente a 3,62% ante 2008.



As Transferências Multigovernamentais, que demonstram os valores recebidos pelo Estado a título de retorno do FUNDEB, tiveram participação de 26,06% do total das transferências, apresentando uma variação nominal positiva de R\$ 42,6 milhões, ou seja, 7,30% ante 2008, basicamente em função dos investimentos feitos na área de educação pelo Estado, na construção de novas escolas e conseqüentemente na matrícula de maior número de alunos, refletindo no retorno do FUNDEB para o Estado.

Tabela 09  
Transferências Correntes

R\$

ESPECIFICAÇÃO	VALOR ARRECADADO		%	
	2008	2009	PART.	VAR.
<b>Transferências da União</b>	<b>1.979.934.958,12</b>	<b>1.612.568.264,57</b>	<b>67,15</b>	<b>(18,55)</b>
Cota-parte do F.P.E.	1.310.312.402,74	1.262.879.628,79	52,58	(3,62)
Cota-parte do I.P.I.	50.409.324,67	34.065.367,71	1,42	(32,42)
Cota-parte da CIDE	25.691.587,40	15.926.766,44	0,66	(38,01)
Transferências Financeiras - L.C. 87/96(Lei Kandir)	14.740.245,00	14.740.245,00	0,61	0,00
Cota-parte Fundo Especial Petróleo – FEP	190.843.284,98	146.406.558,37	6,10	(23,28)
Transferências de Recursos do SUS	289.668.089,15	35.431.884,44	1,48	(87,77)
Transferências de Recursos do FNDE	63.020.481,16	58.791.034,08	2,45	(6,71)
Transferências de Recursos do FNAS	379.743,06	781.398,90	0,03	105,77
Outras Transferências da União	34.869.799,96	43.545.380,84	1,81	24,88
<b>Transferências Multigovernamentais</b>	<b>583.224.258,87</b>	<b>625.787.757,15</b>	<b>26,06</b>	<b>7,30</b>
<b>Transferências de Instituições Privadas</b>	<b>87.668.411,28</b>	<b>89.620.880,97</b>	<b>3,73</b>	<b>2,23</b>
<b>Transferências do Exterior</b>	<b>184.565,96</b>	<b>59.949,79</b>	<b>0,00</b>	<b>(67,52)</b>
<b>Transferências de Convênios da União</b>	<b>41.474.685,29</b>	<b>72.663.048,76</b>	<b>3,03</b>	<b>75,20</b>
<b>Transferências de Convênios dos Municípios</b>	<b>4.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(100,00)</b>
<b>Transferências de Convênios de Instituições Privadas</b>	<b>40.743,74</b>	<b>859.437,74</b>	<b>0,04</b>	<b>2009,37</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.692.531.623,26</b>	<b>2.401.559.338,98</b>	<b>100,00</b>	<b>(10,81)</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

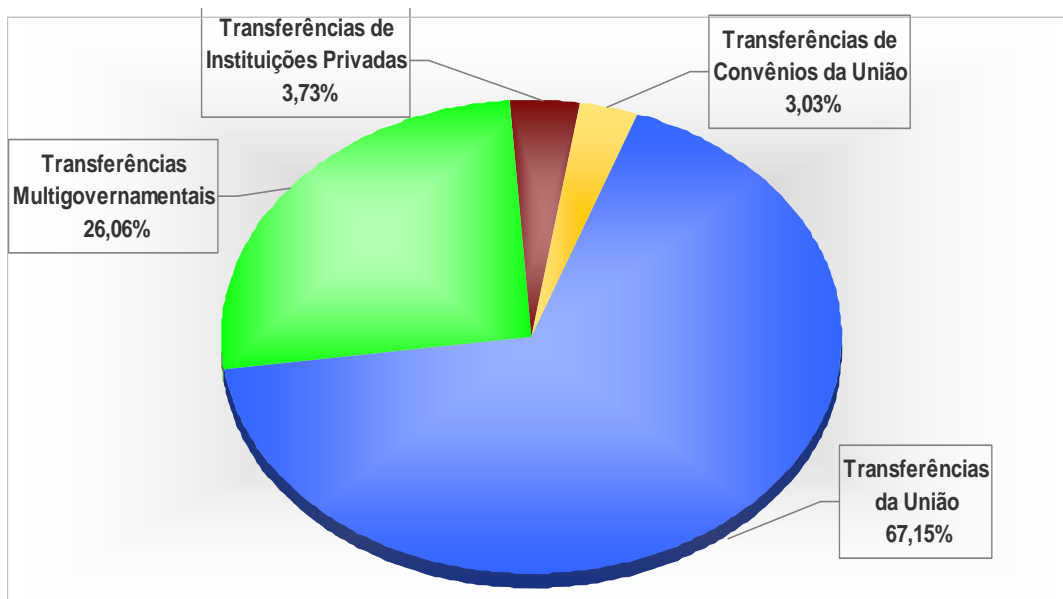
Nota: Valores Brutos, não deduzidas as participações dos Municípios.

As Transferências da União apresentaram a maior participação, com 67,15%, porém com uma variação nominal negativa ante 2008 de R\$ 367,4 milhões ou 18,55%.

No gráfico 09 apresentamos as participações das quatro principais transferências.



Gráfico 09  
Transferências Correntes



Na tabela 10 demonstramos as Transferências da União e suas Entidades, no exercício de 2009, que representam os recursos recebidos para execução de convênios pelo Estados, acrescidos dos rendimentos de aplicações financeiras, que totalizaram R\$ 72,7 milhões. As maiores participações foram da Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento Sustentável Região Metropolitana, com R\$ 22,5 milhões ou 30,94%, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM, com R\$ 12,6 milhões ou 17,34% e da Secretaria de Produção Rural, com valor de R\$ 8,3 milhões ou 11,43%.



Tabela 10  
Transferências de Convênios da União e suas Entidades R\$

ÓRGÃO	VALOR	PART.%
Secretaria Executiva Conselho Desenvolvimento Sustentável Região Metropolitana	22.480.563,78	30,94
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM	12.601.557,23	17,34
Secretaria de Estado de Produção Rural - SEPROR	8.305.697,79	11,43
Instituto de Terras do Amazonas - ITEAM	5.918.002,57	8,14
Universidade do Estado do Amazonas - UEA	4.607.955,82	6,34
Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP	4.104.387,11	5,65
Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico - SEPLAM	2.472.214,56	3,40
Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas - IDAM	1.804.818,08	2,48
Subcomando de Ações de Defesa Civil	1.701.240,00	2,34
Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas - CBMAM	1.360.057,67	1,87
Secretaria de Justiça e Direitos Humanos - SEJUS	1.316.316,32	1,81
Secretaria de Estado de Articulação de Políticas Públicas aos Movimentos Sociais Populares	809.245,91	1,11
Fundo Estadual de Saúde - FES	791.838,81	1,09
Procuradoria Geral de Justiça - PGJ	665.529,45	0,92
Fundação de Dermatologia Tropical e Venerologia Alfredo da Mata	553.197,73	0,76
Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer - SEJEL	535.951,01	0,74
Fundação Centro de Controle de Oncologia - FCECON	324.303,63	0,45
Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM	300.951,47	0,41
Fundação de Medicina Tropical - FMT/AM	251.385,11	0,35
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	243.025,09	0,33
Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas - FHEMOAM	272.325,95	0,37
Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania - SEAS	209.819,23	0,29
Secretaria de Estado para os Povos Indígenas	198.800,00	0,27
Polícia Militar do Estado do Amazonas - PMAM	194.535,10	0,27
Secretaria de Estado de Política Fundiária - SPF	175.295,82	0,24
Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC	161.663,42	0,22
Secretaria de Estado de Cultura - SEC	126.340,22	0,17
Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - TCE	107.190,06	0,15
Secretaria de Estado do Trabalho e Cidadania	51.265,25	0,07
Fundação Estadual dos Povos Indígenas - FEPI	16.878,73	0,02
Defensoria Pública do Estado - DPE	695,84	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>72.663.048,76</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI





## 2.4 Receitas de Capital

Na tabela 11 apresentamos a receita de capital arrecadada no Estado, que totalizou R\$ 1,1 bilhão e apresentou uma variação nominal de 248,07% em relação a 2008.

No exercício de 2009, as Operações de Créditos, ou seja, recursos a título oneroso, recebidos para os investimentos que o Estado vem implementando, totalizaram R\$ 855,4 milhões, com participação de 78% do total das receitas de capital, e variação nominal de 401,34% ante 2008.

As Transferências de Capital são constituídas dos convênios recebidos da União e suas entidades e de Instituições Privadas, ficando com participação de 17,85% do total das receitas de capital, e variação nominal de 67,47%, ante 2008, ou R\$ 78,9 milhões.

As Outras Receitas de Capital são referentes à Lei Federal nº 9.478/97, art. 52, que determina o recolhimento de 1% da produção de petróleo e gás natural realizada pela PETROBRÁS em terras do Estado do Amazonas, representando 1,80% do total das receitas de capital.

Tabela 11  
Receitas de Capital

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADO		%	
	2008	2009	PART.	VAR.
Operações de Crédito	170.630.615,67	855.435.827,57	78,00	401,34
Alienação de Bens Móveis	1.772.618,66	25.343.255,80	2,31	1.329,71
Amortização de Empréstimos	393.535,37	402.296,86	0,04	2,23
Transferências de Capital	116.905.042,74	195.785.813,03	17,85	67,47
Outras Receitas de Capital	25.400.145,37	19.794.278,77	1,80	(22,07)
<b>TOTAL</b>	<b>315.101.957,81</b>	<b>1.096.761.472,03</b>	<b>100,00</b>	<b>248,07</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



## 2.4.1 Operações de Créditos

Na tabela 12 a seguir demonstramos as operações de créditos recebidas pelo Estado em 2009, que totalizaram R\$ 855,4 milhões, sendo R\$ 702,3 milhões de operações internas, através da Caixa Econômica Federal - CEF e do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES e R\$ 153,1 milhões de operações externas junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.

Tabela 12  
Demonstrativo das Operações de Créditos

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	AGENTE FINANCEIRO	VALOR	PART. %
<b>INTERNA</b>		<b>702.328.500,49</b>	<b>82,10</b>
Pró-Saneamento	CEF	8.855.054,50	1,26
Abastecimento de Águas de Manaus	CEF	108.765.548,62	15,49
Pró-Moradia	CEF	4.668.125,79	0,66
Ponte Manaus Iranduba	BNDES	300.999.771,58	42,86
Programa Emergencial de Financiamento	BNDES	279.040.000,00	39,73
<b>EXTERNA</b>		<b>153.107.327,08</b>	<b>17,90</b>
PROSAMIM	BID	150.107.327,08	98,04
Zona Franca Verde	BIRD	3.000.000,00	1,96
<b>TOTAL</b>		<b>855.435.827,57</b>	<b>100,00</b>

## 2.4.2 Transferências de Capital

Na tabela 13 demonstramos os convênios da União e suas entidades, recebidos em 2009, por cada órgão da administração estadual já acrescidos dos rendimentos de aplicação financeira, que totalizaram R\$ 149,8 milhões. Destacamos a participação da Secretaria de Estado de Infra-Estrutura - SEINF, que recebeu R\$ 57,8 milhões, ou 38,60%, a Secretaria de Estado da Justiça – SEJUS, com R\$ 33,5 milhões, ou 22,38% e o Fundo Estadual de Saúde - FES, com R\$ 23,1 milhões ou 15,40% .



Tabela 13  
Transferências de Capital (Convênios da União e sua Entidades)

ÓRGÃO	VALOR	PART. %
Secretaria de Estado de Infra Estrutura - SEINF	57.835.003,35	38,60
Secretaria de Estado de Justiça - SEJUS	33.536.910,73	22,38
Fundo Estadual de Saúde - FES	23.073.509,78	15,40
Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP	12.694.831,20	8,47
Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB	9.483.840,61	6,33
Secretaria de Estado de Produção Rural - SEPROR	7.576.848,56	5,06
Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas - FHEMOAM	1.439.662,80	0,96
Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico - SEPLAN	993.216,09	0,66
Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - TCE	677.082,75	0,45
Fundação Hospital Adriano Jorge	618.959,37	0,41
Instituto de Terras do Amazonas - ITEAM	454.350,00	0,30
Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania - SEAS	343.240,23	0,23
Fundação Centro de Controle de Oncologia - FCECON	331.459,86	0,22
Defensoria Pública do Estado - DPE	255.040,28	0,17
Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer - SEJEL	158.988,53	0,11
Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas - CBMAM	146.800,00	0,10
Fundação de Medicina Tropical - FMT-AM	90.974,13	0,06
Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC	60.000,00	0,04
Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas - FVS	37.986,22	0,03
Secretaria de Estado para os Povos Indígenas	11.369,00	0,01
Secretaria de Estado do Trabalho - SETRAB	8.243,87	0,01
Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM	7.903,01	0,01
Secretaria Executiva Adjunta	2.209,85	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>149.838.430,22</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

O Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas – IDAM e Departamento Estadual de Transito – DETRAN receberam R\$ 123,1 mil e R\$ 529,9 mil, respectivamente, de transferências de Instituições Privadas, em 2009, para execução de convênios de capital, que totalizaram R\$ 653,0 mil, os quais somados aos convênios da união, totalizam R\$ 150,5 milhões.



## 2.5 Renúncia Fiscal

Em cumprimento aos dispositivos constitucionais e Leis nº 2.826, de 29/09/2003, nº 1.939, de 27/12/1989 e nº 2.390, de 08/05/1996 e que instituem a política de incentivos fiscais e extrafiscais do Estado para as empresas instaladas na Zona Franca de Manaus - ZFM, a renúncia fiscal totalizou, em 2009, R\$ 2,9 bilhões, conforme demonstramos na tabela 14 a seguir

Tabela 14  
Demonstrativo da Renúncia Fiscal

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	PART. %
Leis nº 2.826, de 29/09/2003	2.735.295.962,97	92,63
Leis nº 1.939, de 27/12/1989 e nº 2.390, de 08/05/1996	217.746.319,06	7,37
<b>TOTAL</b>	<b>2.953.042.282,03</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Secretaria Executiva da Receita

Este modelo de sucesso instituído pela ZFM, representa, em termos de recursos fiscais, 40,26% em relação a arrecadação potencial do ICMS, correspondente ao valor arrecadado no exercício de R\$ 4,3 bilhões mais o valor das renúncias de R\$ 2,9 bilhões, totalizando R\$ 7,2 bilhões, significa que para cada R\$ 1,00 arrecadado de ICMS, tem-se uma renúncia de R\$ 0,40.



### 3 GESTÃO DA EXECUÇÃO DA DESPESA

#### 3.1 Despesa Orçamentária

Compreende o valor da despesa fixada, conforme determinado na LOA e as alterações ocorridas no exercício. Na tabela 15, apresentamos as despesas por categoria econômica e grupo.

A despesa autorizada final ficou em R\$ 9,4 bilhões, alterada em 1,4 bilhão em relação à dotação inicial, representando um acréscimo de 17,82% do total fixado inicialmente, abaixo do limite estabelecido na LDO, que é de 40%.

Tabela 15  
Despesa Autorizada Final por Categoria Econômica R\$

CATEGORIA ECONOMICA	DOTAÇÃO INICIAL	ALTERAÇÃO	AUTORIZAÇÃO FINAL	PART %
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>6.539.531.000,00</b>	<b>555.791.392,53</b>	<b>7.095.322.392,53</b>	<b>75,12</b>
Pessoal e Encargos Sociais	3.383.602.000,00	94.060.022,60	3.477.662.022,60	49,01
Juros e Encargos da Dívida	121.300.000,00	3.639.940,45	124.939.940,45	1,76
Outras Despesas Correntes	3.034.629.000,00	458.091.429,48	3.492.720.429,48	49,23
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.142.906.000,00</b>	<b>1.170.499.208,63</b>	<b>2.313.405.208,63</b>	<b>24,49</b>
Investimentos	967.009.000,00	1.144.686.910,06	2.111.695.910,06	91,28
Inversões Financeiras	5.397.000,00	40.578.595,29	45.975.595,29	1,99
Amortizações da Dívida	170.500.000,00	(14.766.296,72)	155.733.703,28	6,73
<b>RESERVA DE CONTIGÊNCIA</b>	<b>334.282.000,00</b>	<b>(297.327.557,62)</b>	<b>36.954.442,38</b>	<b>0,39</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>8.016.719.000,00</b>	<b>1.428.963.043,54</b>	<b>9.445.682.043,54</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Na tabela 16, demonstramos a despesa autorizada final, com as alterações ocorridas no exercício, por função e percentuais de participação em cada uma, destacando-se as funções que mais receberam aporte de recursos, Urbanismo com R\$ 569,7, a Saúde com R\$ 183,7, Transporte com R\$ 155,2, Saneamento com R\$ 147,4 e Educação R\$ 130,1 respectivamente.



Tabela 16  
Despesa Autorizada Final por Função

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	ALTERAÇÃO	AUTORIZAÇÃO FINAL	PART. %
1	Legislativa	236.549.000,00	24.030.530,27	260.579.530,27	2,76
2	Judiciária	267.131.000,00	35.870.194,74	303.001.194,74	3,21
3	Essencial à Justiça	133.289.000,00	9.102.334,25	142.391.334,25	1,51
4	Administração	526.009.434,00	(16.291.206,37)	509.718.227,63	5,40
6	Segurança Pública	556.226.000,00	115.863.684,34	672.089.684,34	7,12
8	Assistência Social	85.749.125,00	73.369.619,55	159.118.744,55	1,68
9	Previdência Social	355.918.000,00	(7.793.966,36)	348.124.033,64	3,69
10	Saúde	1.502.222.000,00	183.696.104,19	1.685.918.104,19	17,85
11	Trabalho	7.770.000,00	2.594.272,42	10.364.272,42	0,11
12	Educação	1.107.720.000,00	130.190.826,77	1.237.910.826,77	13,11
13	Cultura	74.190.000,00	59.990.638,44	134.180.638,44	1,42
14	Direitos da Cidadania	94.361.875,00	42.296.284,25	136.658.159,25	1,45
15	Urbanismo	470.015.657,00	569.697.941,65	1.039.713.598,65	11,01
16	Habitação	65.662.500,00	63.068.624,91	128.731.124,91	1,36
17	Saneamento	213.577.705,00	147.360.265,02	360.937.970,02	3,82
18	Gestão Ambiental	28.609.219,00	13.936.198,45	42.545.417,45	0,45
19	Ciência e Tecnologia	75.418.000,00	(5.376.452,59)	70.041.547,41	0,74
20	Agricultura	72.915.000,00	54.221.657,21	127.136.657,21	1,35
21	Organização Agrária	11.710.438,00	13.221.689,46	24.932.127,46	0,26
22	Indústria	100.000,00	(100.000,00)	0,00	0,00
23	Comércio e Serviços	18.853.000,00	6.612.430,19	25.465.430,19	0,27
24	Comunicações	48.171.000,00	37.724.638,54	85.895.638,54	0,91
25	Energia	600.000,00	2.640.802,81	3.240.802,81	0,03
26	Transporte	50.763.467,00	155.240.783,83	206.004.250,83	2,18
27	Desporto e Lazer	19.984.000,00	33.839.605,24	53.823.605,24	0,57
28	Encargos Especiais	1.658.921.580,00	(18.716.900,05)	1.640.204.679,95	17,36
99	Reserva de Contingência	334.282.000,00	(297.327.557,62)	36.954.442,38	0,39
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>8.016.719.000,00</b>	<b>1.428.963.043,54</b>	<b>9.445.682.043,54</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI





### 3.2 Execução da Despesa

A despesa empenhada no exercício de 2009 totalizou R\$ 8,7 bilhões, que comparada à autorizada final, resultou numa economia orçamentária de R\$ 758,7 milhões, representando 8,03% do total da despesa autorizada, conforme demonstrado na tabela 17.

Tabela 17  
Demonstrativo da Despesa Autorizada com a Despesa Empenhada R\$

TÍTULOS	AUTORIZADA	EMPENHADA	ECONOMIA %
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>7.095.322.392,53</b>	<b>6.785.162.971,65</b>	<b>4,37</b>
Pessoal e Encargos Sociais	3.477.662.022,60	3.438.629.249,52	1,12
Juros e Encargos da Dívida	124.939.940,45	119.389.294,04	4,44
Outras Despesas Correntes	3.492.720.429,48	3.227.144.428,09	7,60
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>2.313.405.208,63</b>	<b>1.901.807.092,60</b>	<b>17,79</b>
Investimentos	2.111.695.910,06	1.703.007.437,40	19,35
Inversões Financeiras	45.975.595,29	43.115.563,74	6,22
Amortização da Dívida	155.733.703,28	155.684.091,46	0,03
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>36.954.442,38</b>	<b>0,00</b>	<b>100</b>
<b>TOTAL</b>	<b>9.445.682.043,54</b>	<b>8.686.970.064,25</b>	<b>8,03</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

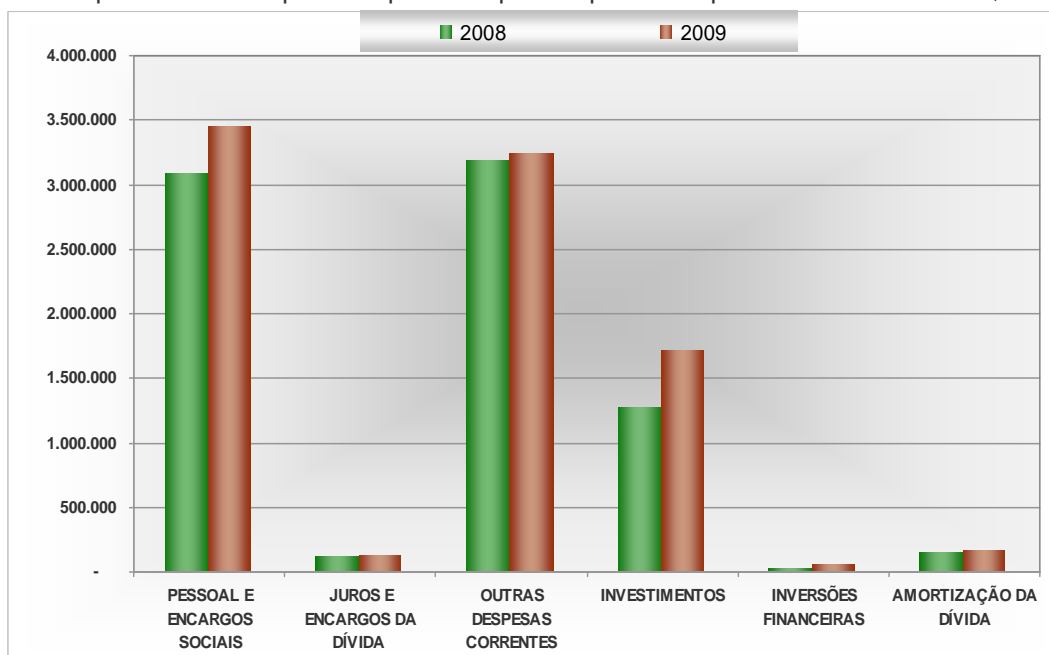
A tabela 18 e o gráfico 10 apresentam as despesas empenhadas por categoria econômica e grupo. Comparando os exercícios de 2009 com 2008, percebemos um acréscimo nominal de R\$ 902,9 milhões o que corresponde a 11,60%. Destacamos as despesas de capital, representando os investimentos do governo, com 33,72%, que tiveram um aporte de recursos provenientes de operações de crédito de R\$ 855,4 milhões no exercício.

Tabela 18  
Comparativo da Despesa Empenhada por Categoria Econômica

ESPECIFICAÇÃO	2008	PART. %	2009	PART. %	VAR. %
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>6.361.811.155,94</b>	<b>81,73</b>	<b>6.785.162.971,65</b>	<b>78,11</b>	<b>6,65</b>
Pessoal e Encargos Sociais	3.075.449.458,53	48,34	3.438.629.249,52	50,68	11,81
Juros e Encargos da Dívida	107.572.169,06	1,69	119.389.294,04	1,76	10,99
Outras Despesas Correntes	3.178.789.528,35	49,97	3.227.144.428,09	47,56	1,52
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.422.235.281,11</b>	<b>18,27</b>	<b>1.901.807.092,60</b>	<b>21,89</b>	<b>33,72</b>
Investimentos	1.265.917.703,75	89,01	1.703.007.437,40	89,55	34,53
Inversões Financeiras	11.324.962,55	0,80	43.115.563,74	2,27	280,71
Amortização da Dívida	144.992.614,81	10,19	155.684.091,46	8,19	7,37
<b>TOTAL</b>	<b>7.784.046.437,05</b>	<b>100</b>	<b>8.686.970.064,25</b>	<b>100,00</b>	<b>11,60</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Gráfico 10  
Comparativo da Despesa Empenhada por Grupo de Despesa – 2008 e 2009 R\$ Mil



Na tabela 19 e gráfico 11, apresentamos a despesa empenhada por função, comparando 2009 em relação a 2008, com o percentual de participação em cada exercício e variações ocorridas. Em termos de maior aplicação, destacamos as funções Saúde com R\$ 1,6 bilhão ou 18,36%, Encargos Especiais com R\$ 1,5 bilhão ou 18,18% e Educação com R\$ 1,2 bilhão ou 13,71% .



Tabela 19  
Comparativo da Despesa Empenhada Por Função

						R\$
CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	2008	PART. %	2009	PART. %	VAR. %
1	Legislativa	233.820.497,80	2,92	251.290.977,00	2,89	7,47
2	Judiciária	252.364.049,48	3,62	291.218.507,06	3,35	15,40
3	Essencial à Justiça	127.352.052,36	1,82	137.347.290,27	1,58	7,85
4	Administração	531.843.856,84	7,82	488.801.658,49	5,63	(8,09)
6	Segurança Pública	559.540.048,91	7,38	634.424.611,26	7,30	13,38
8	Assistência Social	108.528.156,73	1,17	128.507.206,06	1,48	18,41
9	Previdência Social	297.472.487,34	2,74	333.447.802,62	3,84	12,09
10	Saúde	1.408.145.448,97	19,45	1.595.288.864,82	18,36	13,29
11	Trabalho	8.653.977,38	0,14	9.823.165,93	0,11	13,51
12	Educação	1.203.059.895,24	15,70	1.190.951.151,74	13,71	(1,01)
13	Cultura	76.789.881,42	1,22	98.142.469,78	1,13	27,81
14	Direitos da Cidadania	111.742.791,41	1,45	123.860.562,71	1,43	10,84
15	Urbanismo	621.305.336,38	2,98	937.718.282,68	10,79	50,93
16	Habitação	56.175.349,68	1,97	53.276.865,87	0,61	(5,16)
17	Saneamento	169.639.206,72	1,58	311.017.690,77	3,58	83,34
18	Gestão Ambiental	51.441.530,19	0,62	37.123.835,18	0,43	(27,83)
19	Ciência e Tecnologia	49.250.316,37	0,62	42.166.374,42	0,49	(14,38)
20	Agricultura	90.466.336,67	1,07	104.300.713,49	1,20	15,29
21	Organização Agrária	23.046.762,43	0,22	18.508.900,41	0,21	(19,69)
23	Comércio e Serviços	22.094.954,89	0,19	24.062.695,12	0,28	8,91
24	Comunicações	69.201.215,74	0,87	73.566.470,51	0,85	6,31
25	Energia	2.661.394,67	0,00	1.842.665,65	0,02	(30,76)
26	Transporte	120.042.676,03	3,33	168.725.039,31	1,94	40,55
27	Desporto e Lazer	43.342.383,09	0,48	52.181.927,47	0,60	20,39
28	Encargos Especiais	1.546.065.830,31	20,63	1.579.374.335,63	18,18	2,15
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>7.784.046.437,05</b>	<b>100,00</b>	<b>8.686.970.064,25</b>	<b>100</b>	<b>11,60</b>

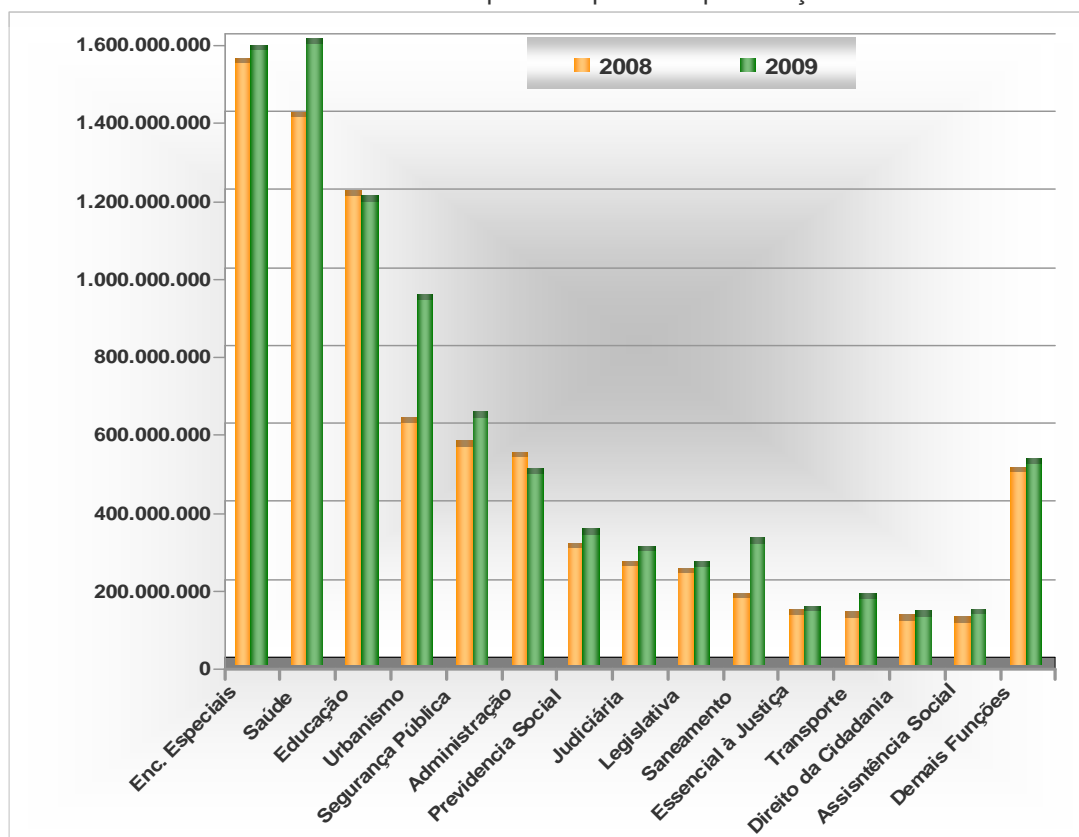
Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

As maiores variações ante 2008 foram das funções Saneamento com 83,34%, Urbanismo com 50,93% e Transporte com 40,55%.



Gráfico 11  
Demonstrativo da Despesa Empenhada por Função

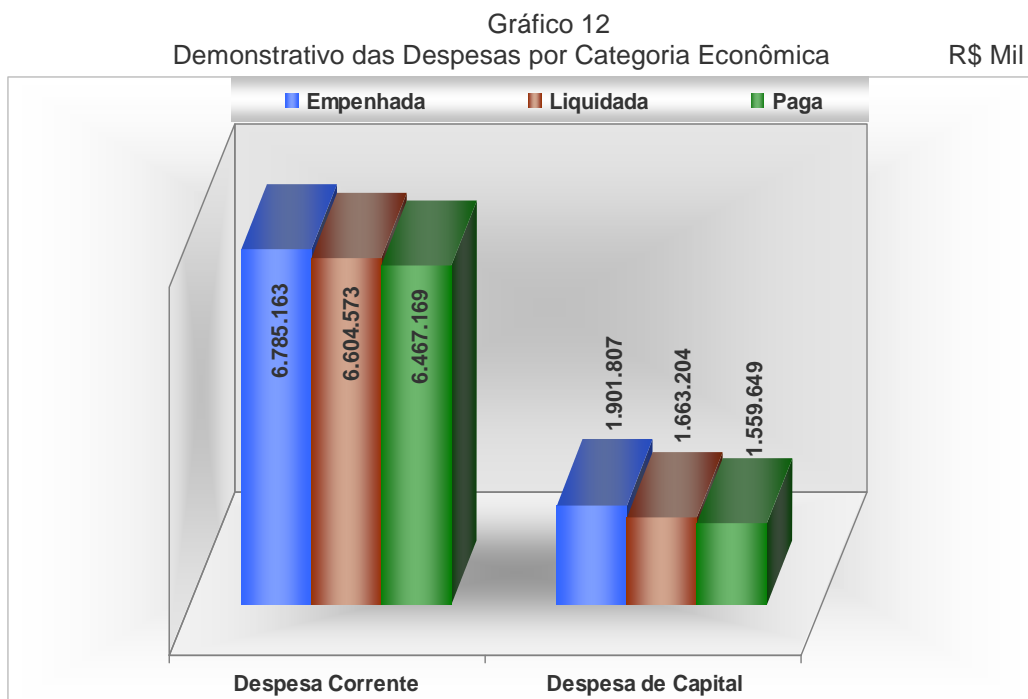
R\$ Mil



Nos Quadros 02 e 03, em anexo, demonstramos a despesa empenhada por fonte de recursos e por órgão, respectivamente. Comparamos os exercícios de 2008 e 2009, com percentual de participação em cada item.

Nos quadros de 04 a 06, em anexo, demonstramos a evolução mensal da despesa empenhada, liquidada e paga, respectivamente, no exercício de 2009, classificada por grupo e natureza de despesa.

O gráfico 12 a seguir apresenta a despesa empenhada, liquidada e paga, no exercício de 2009, classificada por categoria econômica.



### 3.3 Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios

O total das distribuições de receitas aos Municípios, contabilizadas pelo Estado do Amazonas, no exercício de 2009, foi de R\$ 1,2 bilhão que, comparado ao exercício de 2008, houve uma redução de R\$ 69,7 milhões, com variação nominal negativa de 5,46%, conforme demonstrado na tabela 20 e gráfico 13.

Evidenciando a fonte do ICMS como a principal participação das transferências aos municípios, com 91,21%, tendo uma variação nominal negativa de 5,02% em relação a 2008, ou R\$ 58,1 milhões. Também merecem destaque as transferências referentes ao IPVA, com variação positiva de 3,60% ou R\$ 2,4 milhões.

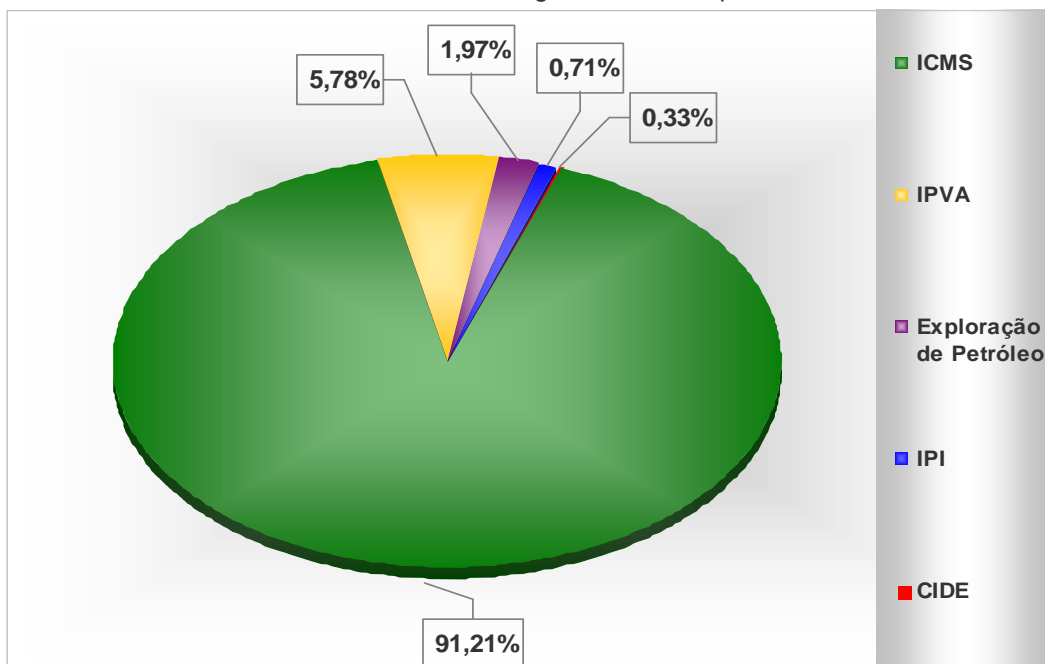
Tabela 20  
Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios

FONTE	2008	2009	PART. %	VAR. %
ICMS	1.158.070.418,84	1.099.983.965,70	91,21	(5,02)
IPVA	67.206.261,44	69.624.711,20	5,78	3,60
Exploração de Petróleo	31.292.022,44	23.812.372,36	1,97	(23,90)
IPI	12.602.331,18	8.516.341,92	0,71	(32,42)
CIDE	6.422.896,85	3.981.691,61	0,33	(38,01)
<b>TOTAL</b>	<b>1.275.593.930,75</b>	<b>1.205.919.082,79</b>	<b>100</b>	<b>(5,46)</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



Gráfico 13  
Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios 2009



### 3.4 Repasse aos Poderes

No exercício de 2009, foi repassado aos Poderes o total de R\$ 588,1 milhões que, comparado ao exercício de 2008, apresentou um acréscimo nominal de R\$ 33,8 milhões, conforme demonstrado por cada órgão na tabela 21 e gráfico 14.

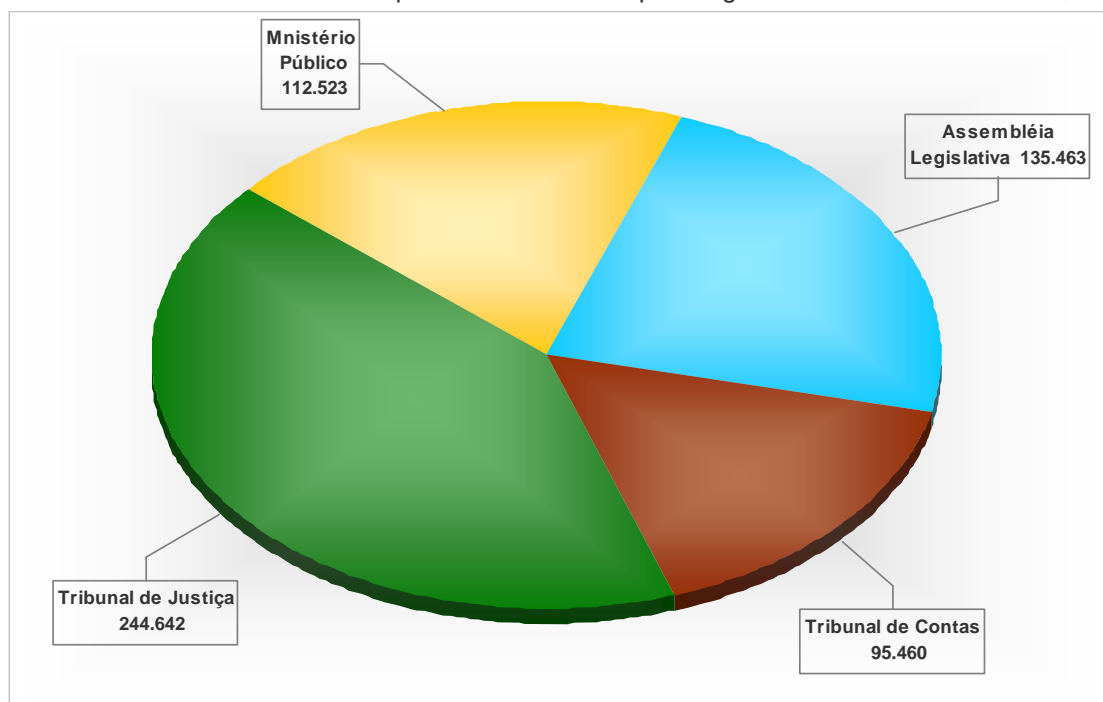
Tabela 21  
Demonstrativo de Repasse aos Poderes

ORGÃO	2008	2009
Assembléia Legislativa	140.312.000,00	135.463.240,50
Tribunal de Contas	81.645.999,98	95.460.291,14
Tribunal de Justiça	227.082.000,02	244.641.836,76
Ministério Público	105.194.999,98	112.523.693,91
<b>TOTAL</b>	<b>554.234.999,98</b>	<b>588.089.062,31</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Gráfico 14  
Repasse aos Poderes por Órgão – 2009

R\$ Mil



## 4 ANÁLISE DOS BALANÇOS

### 4.1 Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário, de acordo com o art. 102 da lei nº 4.320/64, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, o qual apresentamos sinteticamente na tabela 22.

O Estado do Amazonas apresentou um déficit orçamentário de R\$ 222,8 milhões em 2009, no entanto, analisando sob o enfoque da utilização do superávit financeiro de 2008, se desconsiderarmos as despesas empenhadas com recursos de exercícios anteriores, no total de R\$ 531,5 milhões, conforme demonstrada no quadro 02, em anexo, correspondente à utilização de créditos orçamentários abertos por conta daquele superávit financeiro, temos um superávit orçamentário, no exercício, da ordem de R\$ 308,7 milhões.



Tabela 22  
Comparativo do Balanço Orçamentário

FONTE	2008	2009	Var %
1 Receita Prevista	6.665.198.000,00	8.016.719.000,00	20,28
2 Receita Arrecadada	7.986.691.186,09	8.464.160.316,76	5,98
<b>3 Superávit de Arrecadação (2-1)</b>	<b>1.321.493.186,09</b>	<b>447.441.316,76</b>	<b>(66,14)</b>
4 Despesa Autorizada	8.184.598.095,47	9.445.682.043,54	15,41
5 Despesa Empenhada	7.784.046.437,05	8.686.970.064,25	11,60
<b>6 Economia Orçamentária (4-5)</b>	<b>400.551.658,42</b>	<b>758.711.979,29</b>	<b>89,42</b>
<b>7 SUEPRÁVIT / DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO (2-5)</b>	<b>202.644.749,04</b>	<b>(222.809.747,49)</b>	<b>(209,95)</b>
<b>8 Despesa pelo Superávit Financeiro / 2008</b>	<b>257.142.257,36</b>	<b>531.536.865,34</b>	<b>106,71</b>
<b>9 SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO (7+8)</b>	<b>459.787.006,40</b>	<b>308.727.117,85</b>	<b>(32,85)</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Apresentamos, na tabela 23, o resultado da execução orçamentária, por categoria econômica, que somados correspondem ao déficit orçamentário do exercício de 2009 que, novamente, se não considerarmos as despesas empenhadas com base no superávit financeiro de 2008, a qual não tem a receita correspondente no exercício de 2009, temos um superávit orçamentário de R\$ 308,7 milhões.

Tabela 23  
Resultado da Execução Orçamentária

TÍTULO	EXECUÇÃO
1 Receitas Correntes	8.302.362.353,56
2 Despesas Correntes	6.785.162.971,65
3 Deduções da Receita	934.963.509,83
<b>4 Resultado do Orçamento Corrente (1-2-3)</b>	<b>582.235.872,08</b>
5 Receitas de Capital	1.096.761.472,03
6 Despesas de Capital	1.901.807.092,60
<b>7 Resultado do Orçamento de Capital (5-6)</b>	<b>(805.045.620,57)</b>
<b>8 DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO DE EXECUÇÃO (4 + 7)</b>	<b>(222.809.748,49)</b>
9 Despesa pelo Superávit Financeiro / 2008	531.536.865,34
<b>10 SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO (8+9)</b>	<b>308.727.117,85</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI





## 4.2 Balanço Financeiro

De acordo com o art. 103 da lei nº 4.320/64 o Balanço Financeiro “demonstra as receitas e despesas orçamentárias e extra-orçamentárias, bem como os saldos disponíveis do exercício anterior e o que se transfere para o exercício seguinte”.

Apresentamos, na tabela 24, uma síntese do resultado do Balanço Financeiro Consolidado do Estado, dos exercícios de 2008 e 2009.

O resultado financeiro apurado em 2009 (diferença entre o somatório das receitas orçamentárias, extra-orçamentárias e interferências ativas e o somatório das despesas orçamentárias, extra-orçamentárias e interferências passivas) foi negativo em R\$ 272,8 milhões. Esse resultado já considera a utilização, neste exercício, de R\$ 531,5 milhões do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2008.

O mesmo resultado pode ser obtido através da diferença entre as disponibilidades, ou seja, o saldo para o exercício seguinte menos o saldo do exercício anterior.

Tabela 24  
Demonstrativo do Balanço Financeiro

FONTE	2008	2009	Var. %
1 Receita Orçamentária	7.986.691.186,09	8.464.160.315,76	5,98
2 Receita Extra - Orçamentária	4.701.315.576,53	4.580.342.056,22	(2,57)
3 Interferências Ativas	13.251.967.104,61	16.290.483.171,34	22,93
4 Despesa Orçamentária	7.784.046.437,05	8.686.970.064,25	11,60
5 Despesa Extra - Orçamentária	4.307.334.463,42	4.629.553.347,60	7,48
6 Interferências Passivas	13.251.651.257,24	16.291.256.456,51	22,94
7 Saldo do Exercício Anterior	1.025.058.888,19	1.622.000.597,71	58,23
8 Saldo para o Exercício Seguinte	1.622.000.597,71	1.349.206.272,67	(16,82)
<b>9 Resultado Financeiro (( 1+2+3) - (4+5+6))</b>	<b>596.941.709,52</b>	<b>(272.794.325,04)</b>	<b>(145,70)</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



### 4.3 Balanço Patrimonial

O balanço patrimonial é uma demonstração contábil evidenciada pelas seções de ativo (bens e direitos) e passivo (obrigações), indicando a situação patrimonial líquida do Estado. Apresentamos na tabela 25 uma síntese do Balanço, onde fica evidenciado, através do saldo patrimonial positivo acumulado, no exercício de 2009, um acréscimo nominal de 1,73% ante 2008, ou R\$ 58,9 milhões.

O recurso hábil para abertura de créditos suplementares e especiais no exercício seguinte ao da apuração é representado pelo “superávit financeiro” obtido pela diferença entre o ativo financeiro (Disponível + Créditos em circulação) e passivo financeiro (Depósitos + Obrigações por empenho). O superávit financeiro do exercício de 2009 totalizou R\$ 665,5 milhões.

O valor de R\$ 3,6 bilhões, representado pelo Imobilizado no anexo 14 - Balanço Patrimonial de 2009, no nosso entendimento não reflete a realidade, tendo em vista que os Bens Móveis e Imóveis foram registrados pelos valores correntes da época de aquisição ou construção. Em nossa análise, faz-se necessária uma reavaliação do Imobilizado do Estado para atualização dos registros. Esse trabalho poderá ser feito por técnicos da administração do patrimônio do Estado ou por empresa especializada do ramo, com emissão de laudo técnico.

Tabela 25  
Demonstrativo do Balanço Patrimonial

FONTE	2008	2009	VAR. %
1 Ativo Financeiro	1.645.020.237,93	1.554.944.454,12	(5,48)
2 Realizável a Longo Prazo	1.485.737.209,96	1.788.362.507,39	20,37
3 Ativo Permanente	3.334.109.884,83	3.801.626.969,34	14,02
4 Ativo Compensado	19.375.675,73	20.448.441,38	5,54
<b>5 Total do Ativo</b>	<b>6.484.243.008,45</b>	<b>7.165.382.372,23</b>	<b>10,50</b>
6 Passivo Financeiro	818.732.358,64	888.990.501,82	8,58
7 Exigível a Longo Prazo	2.232.964.651,39	2.783.881.829,81	24,67
8 Passivo Compensado	19.375.675,73	20.448.441,38	5,54
<b>9 Passivo Real</b>	<b>3.071.072.685,76</b>	<b>3.693.320.773,01</b>	<b>20,26</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL (5-9)</b>	<b>3.413.170.322,69</b>	<b>3.472.061.599,22</b>	<b>1,73</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



### 4.3.1 Resultado/Saldo Patrimonial

O Estado do Amazonas apresentou em 2009 um resultado patrimonial positivo de R\$ 58,9 milhões, elevando o saldo patrimonial acumulado para R\$ 3,5 bilhões, com variação nominal positiva ante 2008 de 1,73%, apurado no Balanço Patrimonial, conforme demonstramos na tabela 26.

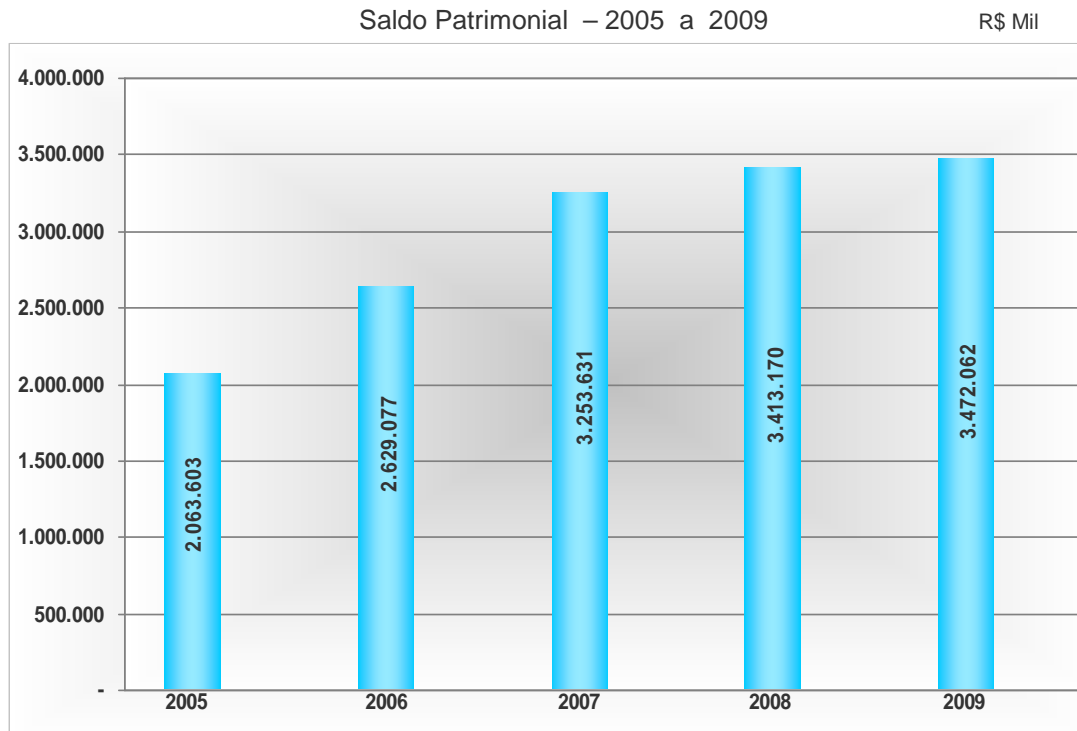
Tabela 26  
Resultado/Saldo Patrimonial

EXERCÍCIO	RESULTADO DO EXERCÍCIO	SALDO PATRIMONIAL ACUMULADO	VAR. %
2005	146.054.003,86	2.063.602.671,05	7,62
2006	565.474.187,89	2.629.076.858,94	27,40
2007	624.554.247,03	3.253.631.105,97	23,76
2008	159.539.216,72	3.413.170.322,69	4,90
2009	58.891.276,53	3.472.061.599,22	1,73

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

No gráfico 15, demonstramos a evolução do saldo patrimonial acumulado, de 2005 a 2009, evidenciando resultados positivos nos últimos cinco exercícios, com variação nominal de 2009 ante 2005 de 68,25 %, ou R\$ 1,4 bilhão.

Gráfico 15  
Saldo Patrimonial – 2005 a 2009





#### 4.4 Variações Patrimoniais

O demonstrativo das variações patrimoniais é apresentado em duas seções (variações ativas e passivas), distribuídas em três grupos, que apresentamos sinteticamente, na tabela 27.

O resultado patrimonial é apurado através da diferença entre os somatórios das variações ativas e passivas. No exercício de 2009, foi verificado um resultado superavitário de R\$ 58,9 milhões.

Tabela 27  
Demonstrativo das Variações Patrimoniais

FONTE	2008	2009	R\$ Var %
<b>1 Variações Ativas</b>	<b>22.118.838.223,56</b>	<b>27.048.837.169,28</b>	22,29
1.1 Resultantes da Execução Orçamentária	7.986.691.186,09	8.464.160.315,76	5,98
1.2 Mutações Patrimoniais	354.356.785,06	520.441.397,06	46,87
1.3 Independentes da Execução Orçamentária	13.777.790.252,41	18.064.235.456,46	31,11
<b>2 Variações Passivas</b>	<b>21.959.299.006,84</b>	<b>26.989.945.892,75</b>	22,91
2.1 Resultantes da Execução Orçamentária	7.784.046.437,05	8.686.970.064,25	11,60
2.2 Mutações Patrimoniais	184.947.591,23	972.862.670,78	426,02
2.3 Independentes da Execução Orçamentária	13.990.304.978,56	17.330.113.157,72	23,82
<b>3 Resultado Patrimonial (1-2)</b>	<b>159.539.216,72</b>	<b>58.891.276,53</b>	(63,09)

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

#### 5 BALANÇOS DAS EMPRESAS PÚBLICAS

Demonstramos no quadro 07, em anexo, uma síntese dos balanços patrimoniais das empresas públicas, apresentados até o fechamento deste relatório, com as respectivas participações percentuais do Estado no capital de cada empresa.



## 6 GESTÃO DA DÍVIDA

### 6.1 Dívida Ativa

Em 2009 foram inscritos em Dívida Ativa valores que totalizaram R\$ 140,8 Milhões, representando 12,60% do saldo da Dívida Ativa em 31/12/2008. Os valores recebidos no exercício foram de R\$ 88,8 milhões, sendo R\$ 85,2 milhões do principal, R\$ 2,6 milhões de multas e R\$ 1,0 milhão de juros e correção, representando 7,95% do saldo do estoque da dívida existente em 2008. Foram recuperados R\$ 843,3 mil em adjudicações, representando 0,08% do saldo da dívida de 2008. Os ajustes de exercícios anteriores foram de R\$ 324,3 milhões, e representou 29,01% do saldo de 2008. Esses ajustes, segundo o departamento de arrecadação da SEFAZ, são referentes à atualização monetária mais os saldos das alterações nos valores dos Certificados de Dívida Ativa – CDA.

Ocorreram, ainda, cancelamentos de Certificados de Dívida Ativa - CDA no valor total de R\$ 9,6 milhões, representando 0,86% do saldo da dívida de 2008. O saldo final do estoque da dívida em 2009, foi de R\$ 1,4 bilhão, conforme demonstramos sinteticamente na tabela 28.

Tabela 28  
Demonstrativo da Dívida Ativa

DÍVIDA ATIVA	VALOR	% s / 2008
<b>Saldo em 31/12/2008</b>	<b>1.117.749.283,02</b>	
Inscrições em 2009	140.799.000,46	12,60
Ajustes de Exercícios Anteriores	324.286.354,31	29,01
Valores Recebidos (Principal, juros, Multas e Correção Monetária)	88.846.773,93	7,95
Valores Recuperados (Adjudicações)	843.322,12	0,08
Cancelamentos de CDA	9.605.805,76	0,86
<b>SALDO EM 31/12/2009</b>	<b>1.409.362.658,89</b>	<b>26,09</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

### 6.2 Dívida Pública

Constituem a dívida pública do Estado: a Dívida Fundada ou consolidada (interna e externa) e a Dívida Flutuante ou administrativa, enquanto estas são os compromissos de curto prazo representando 24,24% do total, aquelas são compostas por obrigações de longo prazo e representam 75,76% desse total, sendo oriunda de contratos dentre os quais destacamos: o refinanciamento do Estado com a União e os contratos no âmbito



dos programas, PROSAMIM, Pró-Saneamento, Desenvolvimento Sustentável do Alto Solimões – Zona Franca Verde, Abastecimento de Águas de Manaus, Pró-moradia, construção da ponte Manaus/Iranduba, bem como do Programa Emergencial de Financiamento.

A dívida consolidada no Estado do Amazonas, apresentou um saldo, em 31/12/2009, de R\$ 3,6 bilhões, conforme demonstramos, sinteticamente, na tabela 29:

Tabela 29  
Demonstrativo da Dívida Fundada

DÍVIDA	Valor		%	
	2008	2009	Part.	Var.
Fundada Interna	1.630.973.085,93	2.206.162.192,51	60,16	35,27
Fundada Externa	594.454.217,93	572.066.626,40	15,60	(3,77)
Flutuante	818.732.358,64	888.990.501,82	24,24	8,58
<b>TOTAL</b>	<b>3.044.159.662,50</b>	<b>3.667.221.329,73</b>	<b>100,00</b>	<b>20,47</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

A dívida fundada total de R\$ 2,8 bilhões representa 22,54% do limite global de 2(duas) vezes a receita corrente líquida (R\$ 12,3 bilhões), estabelecido pela Resolução do Senado Federal nº 40 art. 3º inciso I, deixando o Estado bastante confortável em relação à legislação, com referência ao grau de endividamento acima explicitado.

No exercício financeiro de 2009, houve um acréscimo nominal de 20,47% no total do estoque da Dívida Pública, em relação ao exercício de 2008. Esse fato é reflexo principalmente das novas operações de crédito recebidas em 2009 que totalizaram R\$ 855,4 milhões.

Analisando a dívida fundada ao longo dos anos percebe-se que o valor nominal de 2009 se mantém relativamente estável pois o Estado apresenta uma relação ligeiramente menor da dívida versus receita corrente líquida de 2005, de 45,09% e 46,43% respectivamente.

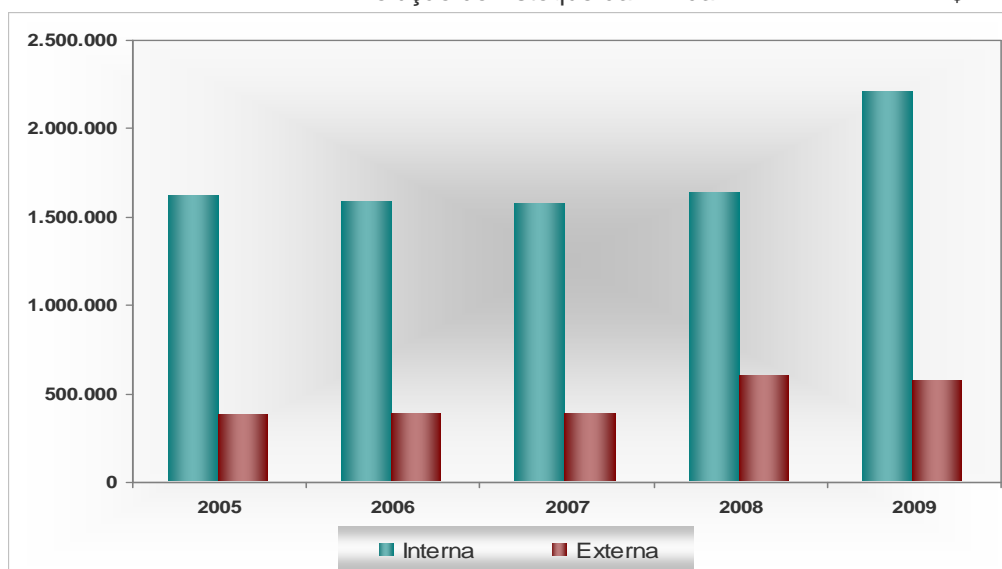


Tabela 30  
Comparativo da Dívida Fundada X Receita Corrente Líquida

DÍVIDA	2005	2006	2007	2008	2009
Interna	1.620.169	1.580.719	1.571.378	1.630.973	2.206.162
Externa	373.743	385.789	385.577	594.454	572.067
<b>Total</b>	<b>1.993.912</b>	<b>1.966.508</b>	<b>1.956.955</b>	<b>2.225.427</b>	<b>2.778.229</b>
<b>RCL do Exercício</b>	<b>4.294.390</b>	<b>4.670.314</b>	<b>5.331.931</b>	<b>6.395.995</b>	<b>6.161.491</b>
<b>Div. Fundada / RCL (%)</b>	<b>46,43</b>	<b>42,11</b>	<b>36,70</b>	<b>34,79</b>	<b>45,09</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Gráfico 16  
Evolução do Estoque da Dívida R\$ Mil



## 7 GESTÃO FISCAL

### 7.1 Gastos com Pessoal

Em cumprimento ao Art. 169 da Constituição Federal e Art. 19, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000, a despesa total com pessoal para o Estado, em cada período de apuração, não poderá exceder a 60% da Receita Corrente Líquida – RCL.

Esse percentual é repartido entre os poderes, conforme Art. 20, inciso II em: 3% para o Legislativo, 6% para o Judiciário, 49% para o Executivo e 2% para o Ministério Público.



A RCL é apurada de acordo com o Art. 2º e inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000, e compreende o total das receitas correntes da administração direta e indireta, deduzidas as participações constitucionais e legais dos Municípios e as deduções para formação do FUNDEB.

O Estado do Amazonas, em 2009, apurou uma despesa líquida total com pessoal de 53,87% em relação à receita corrente líquida – RCL, cabendo ao Poder Executivo 46,16%, ao Poder Legislativo 2,42%, ao Poder Judiciário 3,76% e ao Ministério Público 1,54%, portanto, abaixo dos limites estabelecidos em Lei, conforme demonstramos na tabela 31.

Tabela 31  
Demonstrativo de Gastos com Pessoal

Mil

DESPESAS DE PESSOAL	DESPESAS EMPENHADAS	
	Últimos 12 meses	% Desp. s/ RCL
<b>PODER EXECUTIVO</b>		
DESPESA DE PESSOAL		
Pessoal Ativo Civil	2.370.579	38,47
Pessoal Ativo Militar	255.203	4,14
(-) Decorrentes de decisão Judicial	17.926	0,29
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	3.963	0,06
(-) Indenizações por Demissão	203	0,00
Outras Despesas de Pessoal (artigo 18, § 1º da LRF)	240.204	3,90
<b>Despesa Líquida de Pessoal (I)</b>	<b>2.843.893</b>	<b>46,16</b>
<b>PODER LEGISLATIVO</b>		
<b>Despesa Líquida de Pessoal (II)</b>	<b>148.942</b>	<b>2,42</b>
<b>PODER JUDICIÁRIO</b>		
<b>Despesa Líquida de Pessoal (III)</b>	<b>231.810</b>	<b>3,76</b>
<b>MINISTÉRIO PÚBLICO</b>		
<b>Despesa Líquida de Pessoal (IV)</b>	<b>94.787</b>	<b>1,54</b>
<b>DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL TOTAL (I + II + III + IV)</b>	<b>3.319.431</b>	<b>53,87</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL</b>	<b>6.161.491</b>	
<b>LIMITE MÁXIMO (60% da RCL)</b>	<b>3.696.895</b>	
<b>LIMITE PRUDENCIAL (95% do Limite Máximo)</b>	<b>3.512.050</b>	

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI  
Valores publicados, calculados por cada poder.





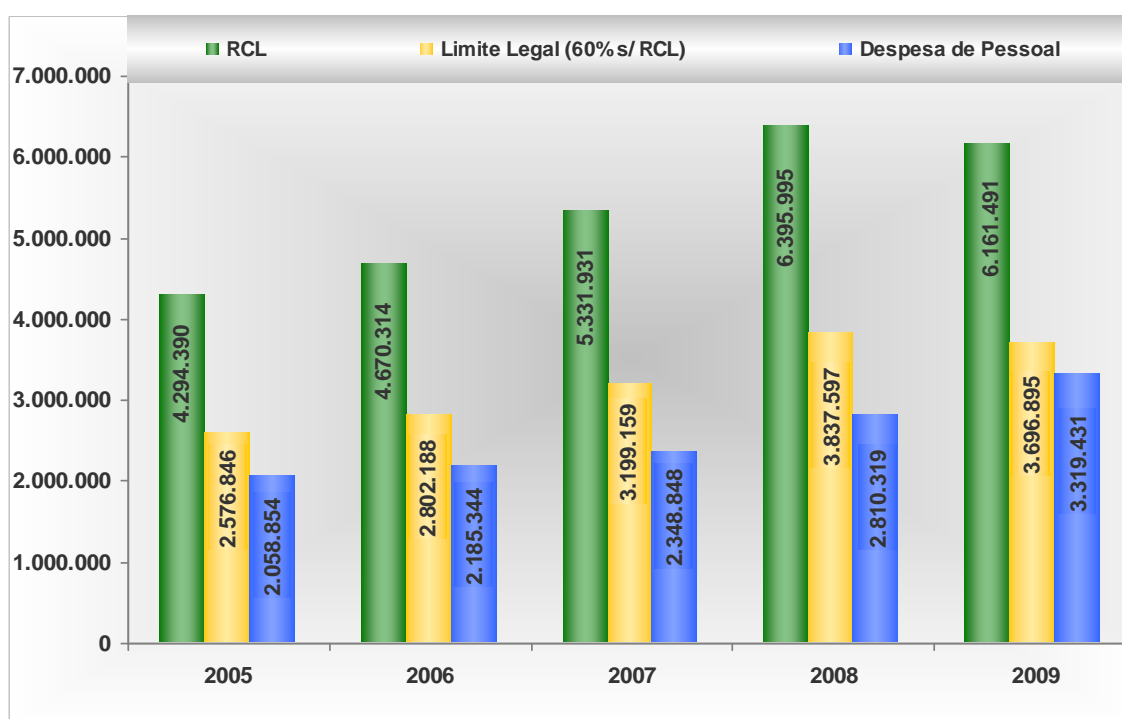
Demonstramos, na tabela 32 e gráfico 17, a evolução anual da relação dos gastos com pessoal x Receita Corrente Líquida – RCL, no período de 2005 a 2009.

Tabela 32  
Evolução Anual de Gastos com Pessoal x RCL – 2005 a 2009

ESPECIFICAÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009
RCL	4.294.390	4.670.314	5.331.931	6.395.995	6.161.491
Despesa de Pessoal	2.058.854	2.185.344	2.348.848	2.810.319	3.319.431
Limite Legal (60% s/ RCL)	2.576.846	2.802.188	3.199.159	3.837.597	3.696.895
% Relação Pessoal/RCL	47,94	46,79	44,05	43,94	53,87

Fonte: Secretaria Executiva do Tesouro

Gráfico 17  
Evolução Anual de Gastos com Pessoal x RCL – 2005 a 2009



## 7.2 Aplicação na Educação

Quanto à aplicação na educação, a Constituição Federal prevê em seu art. 212 que o “Estado aplicará anualmente 25%, no mínimo, das receitas resultantes de Impostos, compreendida a proveniente de transferências, deduzidas as participações constitucionais e legais dos Municípios, na manutenção e desenvolvimento do ensino”.



Em cumprimento a esta determinação legal e ao conceito ali existente, o Estado do Amazonas aplicou, no exercício de 2009, na manutenção e desenvolvimento do ensino, o valor de R\$ 1,2 bilhão, correspondente a 25,08% da receita de impostos e transferências disponíveis para o Estado.

A seguir, demonstramos, sinteticamente, as receitas e o montante aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino, com aplicação superior ao limite mínimo estabelecido legalmente, em R\$ 3,8 milhões.

Tabela 33  
Demonstrativo de Aplicação na Educação (conforme Constituição Federal) R\$

ESPECIFICAÇÃO		VALOR
<b>RECEITAS</b>		
1. Receita de Impostos		4.755.802.076,37
2. Transferência da União		1.311.716.525,02
3. Transferências Constitucionais e Legais		1.178.113.916,81
<b>4. TOTAL (1+2-3)</b>		<b>4.889.404.684,58</b>
<b>5. VALOR MÍNIMO A APLICAR (25% do 4)</b>	<b>25,00%</b>	<b>1.222.351.171,15</b>
<b>6. VALOR APLICADO</b>	<b>25,08%</b>	<b>1.226.119.514,77</b>
<b>7. DIFERENÇA (6-5)</b>	<b>0,08%</b>	<b>3.768.343,62</b>

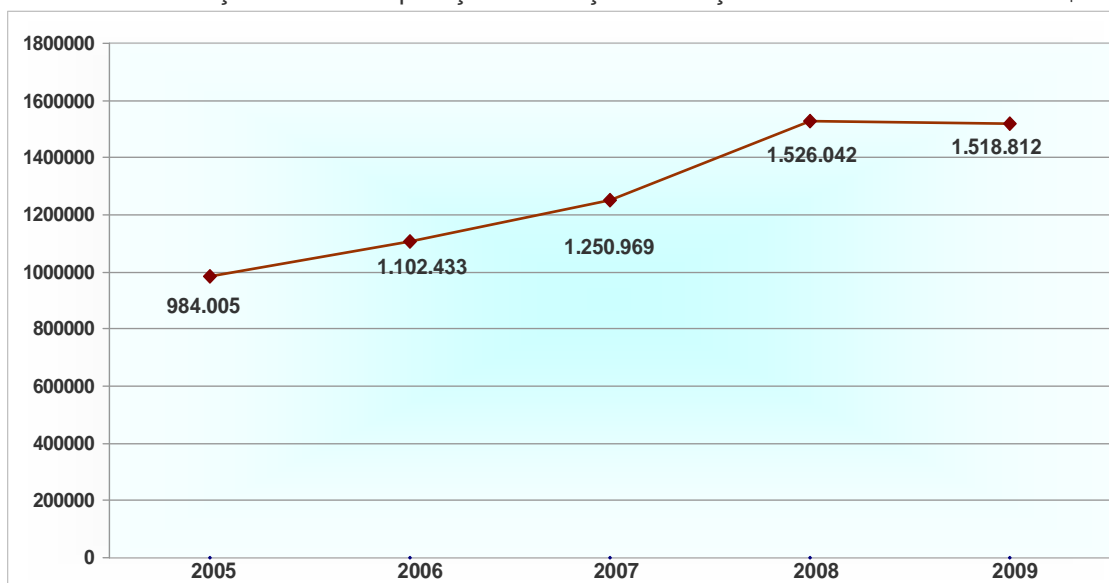
Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

No entanto, se considerarmos a aplicação de todas as fontes da função educação, que totalizou R\$ 1,2 bilhão, acrescido do valor do FUNDEB redistribuído aos municípios de R\$ 327,9 milhões, teremos uma aplicação total de R\$ 1,5 bilhão, ou seja, R\$ 292,7 milhões a mais do valor aplicado, demonstrado na tabela 33 acima.

Demonstramos, no gráfico 18, a evolução anual da aplicação na função educação, considerando o total da função, incluído a redistribuição dos municípios, no período de 2005 a 2009.



Gráfico 18  
Evolução Anual de Aplicação na Função Educação 2005 a 2009 R\$ Mil



Em 2009, as vinculações das receitas arrecadadas no Estado para o FUNDEB foram maiores que o retorno do fundo, sendo redistribuídos com os 62 Municípios do Amazonas, a diferença entre a contribuição e o retorno que foi de R\$ 327,9 milhões, ou seja, 35,07% do total vinculado, conforme demonstramos na tabela 35, por fonte.

Tabela 35  
Demonstrativo das Receitas Vinculadas por Tributo - FUNDEB R\$

FONTE	REPASSE	RATEIO	PART. %	DIFERENÇA	DIF./REP. %
	(A)	(B)		(A-B)	
ICMS	660.621.624,68	409.204.790,84	67,40	251.416.833,84	38,06
IPVA	13.283.849,73	12.845.119,84	2,12	438.729,89	3,30
ITCMD	424.255,83	195.797,69	0,03	228.458,14	53,85
ITR	0,00	144.540,37	0,02	(144.540,37)	-
FPE	252.575.925,58	117.760.034,40	19,40	134.815.891,18	53,38
FPM	0,00	61.943.305,52	10,20	(61.943.305,52)	-
IPI	5.109.805,01	3.176.501,38	0,52	1.933.303,63	37,84
Lei Kandir	2.948.049,00	1.832.647,80	0,30	1.115.401,20	37,84
<b>TOTAL</b>	<b>934.963.509,83</b>	<b>607.102.737,84</b>	<b>100,00</b>	<b>327.860.771,99</b>	<b>35,07</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



### 7.3 Aplicação na Saúde

De acordo com o Art. 77 inciso II e parágrafo 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os estados aplicarão anualmente, no mínimo, 12% do produto da arrecadação de impostos e transferências, nas ações e serviços públicos de saúde. Em 2009, o Estado do Amazonas, aplicou R\$ 1,2 bilhão, ou 24,98%, excedendo em R\$ 634,5 milhões o mínimo estabelecido, conforme demonstramos, sinteticamente, na tabela 36.

Tabela 36  
Demonstrativo de Aplicação na Saúde (conforme Constituição Federal) R\$

ESPECIFICAÇÃO		VALOR
RECEITAS		
1. Receitas de Impostos		4.755.802.076,37
2. Transferências da União		1.311.685.241,50
3. Transferências Constitucionais e Legais		1.178.113.916,81
4. Total (1+2-3)		4.889.373.401,06
<b>5. VALOR MÍNIMO A APLICAR (12% DO 4)</b>	<b>12,00%</b>	<b>586.724.808,13</b>
<b>6. TOTAL APLICADO</b>	<b>24,98%</b>	<b>1.221.278.131,98</b>
<b>7. DIFERENÇA (6-5)</b>	<b>12,98%</b>	<b>634.553.323,85</b>

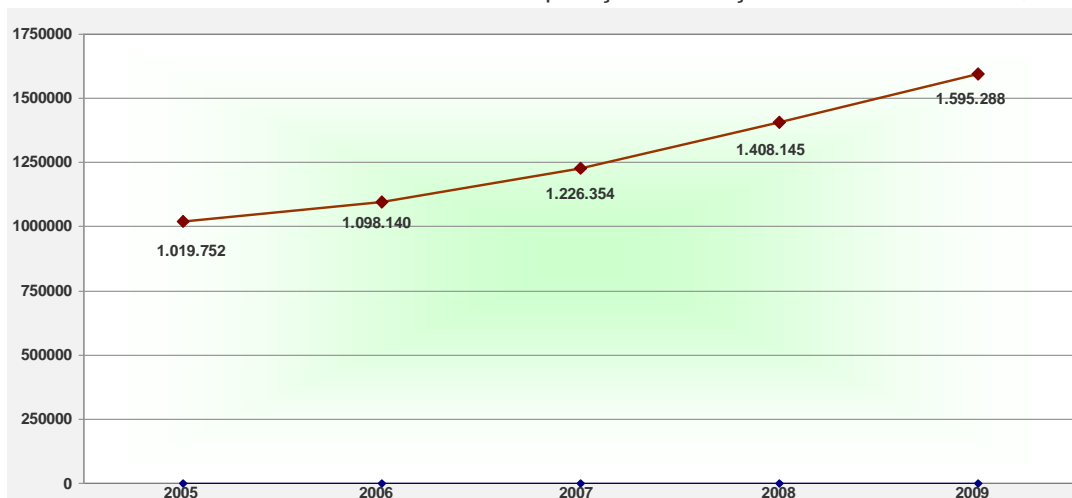
Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Se considerarmos o valor total da função Saúde em 2008, teremos que o Estado aplicou nas ações de saúde R\$ 1,6 bilhão, ou R\$ 374,0 milhões a mais que o valor aplicado, conforme conceito constitucional.

No Gráfico 20 demonstramos a evolução anual da aplicação na função saúde, pelo Estado, no período de 2005 a 2009.



Gráfico 20  
Demonstrativo de Aplicação na Função Saúde \$ Mil



## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse relatório teve por objetivo primordial subsidiar o processo de avaliação e desempenho das finanças públicas do Estado do Amazonas, demonstrando os resultados alcançados, no exercício de 2009. Acreditamos, dessa forma, contribuir para uma gestão transparente e fidedigna das contas do Estado, que tem na Responsabilidade Fiscal uma de suas premissas básicas.

Ainda são muitos os objetivos a serem alcançados e as melhorias a serem implementadas. Não obstante, o esforço e a dedicação da equipe técnica e administrativa são incansáveis na busca desse constante aprimoramento. Neste contexto estão as implementações efetuadas no Sistema AFI, no decorrer do presente exercício, que muito auxiliaram os órgãos e o próprio governo no registro dos atos e fatos da administração e na transparência para a sociedade.

Agradecemos, primeiramente, a DEUS, pelo dom da vida, pelo trabalho, saúde e oportunidade para a realização deste trabalho. Agradecemos ao senhor Secretário da Fazenda, pelo apoio e confiança dispensados a nossa equipe.



Nossa gratidão a toda equipe da Secretaria Executiva do Tesouro pela dedicação, empenho e profissionalismo demonstrados no cumprimento de nossa missão. De forma especial, agradecemos ao Departamento de Contabilidade Pública e a Gerência de Contabilidade que, com muita competência, atuaram de forma direta na elaboração do Balanço Geral do Estado. Agradecemos, ainda, aos técnicos do DETIN, aos demais setores da SEFAZ e aos órgãos das administrações direta e indireta pela colaboração dispensada ao longo deste exercício.

Agradecimento fraterno à equipe da Comissão Permanente das Contas do Governo, do Tribunal de Contas do Estado, pelas orientações e parceria na busca de soluções técnicas e transparência nos registros dos atos e fatos no trato da coisa pública. Enfim, a todos que contribuíram para cumprimento do dever de tornar público o Balanço Geral do Estado, obrigado.

Manaus, 31 de março de 2010.

**Edson Theophilo Ramos Pará**  
*Secretário Executivo do Tesouro*

**Maria da Conceição Guerreiro da Silva**  
*Diretora do Departamento de Contabilidade*  
CRC N° 07984/AM